



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 63, DE 2013

(nº 304/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

Os méritos do Senhor André Aranha Corrêa do Lago que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de julho de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande letra inicial 'A' e uma assinatura fluida que termina com um traço horizontal e uma diagonal ascendente.

Brasília, 25 de Julho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00291 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

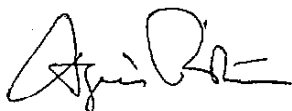
Brasília, 25 de julho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO

CPF.: 279.494.271-91

ID.: 8295 MRE

1959 Filho de Antonio Corrêa do Lago e Delminda Aranha Corrêa do Lago, nasce em 12 de agosto, em Paris, França (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição)

Dados Acadêmicos:

1981 Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1982 CPCD - IRBr
1990 CAD - IRBr
2004 CAE - IRBr, Estocolmo, Rio de Janeiro, Joanesburgo: a evolução do discurso brasileiro nas conferências ambientais das Nações Unidas.

Cargos:

1983 Terceiro-Secretário
1987 Segundo-Secretário
1993 Primeiro-Secretário
2000 Conselheiro
2005 Ministro de Segunda Classe
2011 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1984 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
1985 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1986 Consulado-Geral em Madri, Cônsul-Adjunto
1986 Embaixada em Madri, Terceiro e Segundo-Secretário
1988 Embaixada em Praga, Segundo-Secretário
1991 Presidência da República, Cerimonial, Oficial de Gabinete
1995 Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário
1998 Embaixada em Buenos Aires, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2001 Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, assessor
2002 VI e VII Conferência das Partes à Convenção da Basiléia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito, Genebra, Chefe de delegação (2002 e 2004)
2004 Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Chefe
2004 XX Sessão dos Órgãos Subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Bonn, Chefe de delegação
2005 Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministro-Conselheiro
2008 Departamento de Energia, Diretor
2011 Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor

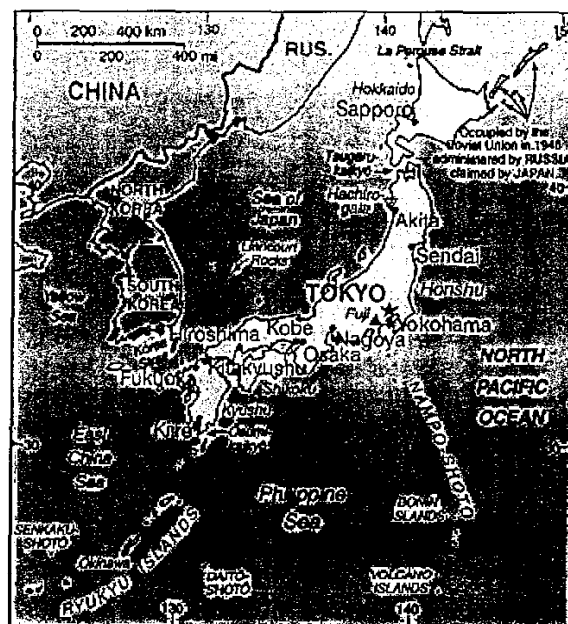
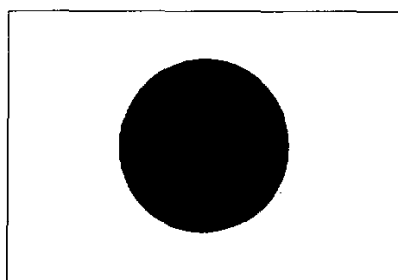


ANA PAULA SIMÕES SILVA

Diretora, substituta, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

JAPÃO



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Julho de 2013

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Japão
CAPITAL	Tóquio
ÁREA	377.947 km²
POPULAÇÃO (2012)	127,611 milhões
IDIOMA NACIONAL	japonês
SISTEMA POLÍTICO	monarquia constitucional parlamentar
PODERE LEGISLATIVO	bicameral, composto por Câmaras Alta e Baixa
CHEFE DE ESTADO	Imperador Akihito (desde jan/1989) obs. <i>na Constituição japonesa o Imperador é "o símbolo do Estado e da unidade do povo", não formalmente o Chefe de Estado.</i>
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Shinzo Abe (desde 26/dez/2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Fumio Kishida (desde 26/dez/2012)
PIB (2012)	US\$ 5,96 trilhões (3ª maior economia do mundo)
PIB PPP (2012)	US\$ 4,63 trilhões
PIB/per.capita (2012)	US\$ 46.735
PIB/per.capita PPP (2012)	US\$ 36.265]
IDH - ÍNDICE DE DESENVOLV. HUMANO (2012)	0,912 (10ª posição entre 185 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	83,6 anos
ALFABETIZAÇÃO	99% da população
CRESCIMENTO DO PIB (FMI)	1,69% (2006); 2,19% (2007); -1,04% (2008); -5,52% (2009); 4,65% (2010); -0,56% (2011); 1,99% (2012); 1,58% (2013); 1,41% (2014); 1,05% (2015)
RELAÇÃO DÍVIDA PÚBLICA BRUTA/PIB (FMI)	210,3% (2009); 216,0% (2010); 230,3% (2011); 237,9% (2012); 245,4% (2013); 244,6% (2014)
RELAÇÃO DÍVIDA PÚBLICA LÍQUIDA/PIB (FMI)	106,2% (2009); 113,1% (2010); 127,4% (2011); 134,3% (2012); 143,4% (2013); 146,7% (2014)
UNIDADE MONETÁRIA	Iene (¥)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Akira Miwa (apresentou credenciais em fev/2011)
COMUNIDADE BRASILEIRA NO JAPÃO	190.581 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL COMPARADO

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões) - Fonte: MDIC

BRASIL - JAPÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (jan-jun)
Intercâmbio	4.837	5.643	6.888	7.735	8.930	12.922	9.638	14.127	17.345	15.693	7.201
Exportações (fob)	2.316	2.774	3.483	3.895	4.321	6.115	4.270	7.141	9.473	7.956	3.831
Importações (fob)	2.521	2.869	3.405	3.840	4.609	6.807	5.368	6.986	7.872	7.737	3.370
Saldo	-205	-95	78	55	-288	-692	-1.098	155	1.601	218	460

PERFIS BIOGRÁFICOS

Akihito

Sua Majestade o Imperador do Japão

Nascido em Tóquio, em 23 de dezembro de 1933, o Imperador Akihito assumiu o trono do Crisântemo em 1989. Seu pai, o Imperador Hirohito, foi o monarca japonês a reinar pelo período mais longo, de 1926 a 1989.

Filho mais velho de cinco irmãos, estudou ciência política na Universidade de Gakushuin, em Tóquio. Realizou pesquisas na área de ictiologia (estudo dos peixes) e publicou artigos científicos em revistas especializadas. Casado com a Imperatriz Michiko, têm três filhos: o Príncipe Herdeiro Naruhito; o Príncipe Akishino (Fumihito) e Sayako Noda (que deixou de integrar a família real após contrair matrimônio com um cidadão comum).

O Imperador Akihito é conhecido por haver aproximado a família imperial do povo japonês, postura que ficou patente nas semanas que se seguiram ao terremoto e ao *tsunami* de 11 de março de 2011. O casal imperial realizou diversas visitas à população afetada pelas calamidades.

Shinzo Abe

Primeiro-Ministro

Nascido em 21 de setembro de 1954, em Nagato, Província de Yamaguchi (sudoeste do Japão), graduou-se em Ciência Política pela Universidade Seikei (Tóquio) em 1977. Iniciou sua carreira política em 1993, quando obteve seu primeiro mandato na Câmara Baixa da Dieta japonesa. Exerce, atualmente, o seu sétimo mandato nessa casa parlamentar (representa a Província de Yamaguchi), pelo Partido Liberal Democrático (PLD).

Entre 2000 e 2003, atuou como Ministro-Chefe Adjunto do Gabinete sob os Primeiros-Ministros Yoshiro Mori e Junichiro Koizumi. Em outubro de 2005, foi designado Ministro-Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro Koizumi. Entre setembro de 2006 e setembro de 2007, foi Primeiro-Ministro do Japão, afastando-se do cargo por motivo de saúde. Abe descende de linhagem de políticos que inclui seu pai, o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros Shintaro Abe, e seu avô materno, o ex-Primeiro-Ministro Nobusuke Kishi, que havia sido Ministro do Comércio e Indústria durante a Segunda Guerra Mundial (Gabinete Tojo).

Assumiu pela segunda vez o cargo de Primeiro-Ministro após a vitória, nas eleições de 16 de dezembro de 2012, do PLD, que recebeu 43% dos votos distritais e 27% dos proporcionais. A sigla governista e seu principal aliado, o New Komeito, conquistaram esmagadora vitória, garantindo, juntos, 325 dos 480 assentos da Câmara Baixa – ou pouco mais do que 2/3 da mencionada Casa. Já nas eleições para a Câmara Alta, em julho de 2013, o PLD obteve nova vitória, conquistando 65 dos 121 assentos disputados, enquanto o New Komeito conquistou 11 assentos, resultado que deu à coalizão governista a maioria simples de 135 parlamentares naquela Casa (total de 242 assentos).

Fumio Kishida

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nascido em 29 de julho de 1957, na cidade de Hiroshima, graduou-se em Direito, em 1982, pela Universidade Waseda (Tóquio). Desde 1993, é membro da Câmara Baixa da Dieta japonesa, onde exerce atualmente seu sétimo mandato (representa a Província de Hiroshima), pelo Partido Liberal Democrático (PLD).

Em 1999, foi designado Vice-Ministro de Obras Públicas e, em 2001, assumiu a função de Vice-Ministro da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia. Entre agosto de 2007 e agosto de 2008, período que abrangeu tanto a primeira gestão do Primeiro-Ministro Shinzo Abe à frente do Governo do Japão (setembro de 2006 a setembro de 2007), quanto o Gabinete subsequente, chefiado por Yasuo Fukuda (setembro de 2007 a setembro de 2008), Kishida exerceu, cumulativamente, os cargos de Ministro para Políticas de Ciência e Tecnologia e Ministro para Assuntos de Okinawa e dos Territórios do Norte. Em agosto de 2008, foi designado Ministro para Políticas Espaciais e Ministro para Assuntos do Consumidor.

Exerce o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros desde 26 de dezembro de 2012.

ASPECTOS GERAIS DAS RELAÇÕES BRASIL-JAPÃO

O Japão é o mais tradicional parceiro do Brasil na Ásia. Os dois países mantêm relações centenárias e diversificadas.

As relações diplomáticas entre Brasil e Japão foram estabelecidas em 1895 – o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação completará 120 anos em 2015.

Em 1908, teve início importante processo de imigração japonesa ao Brasil.

As relações econômicas bilaterais foram intensificadas nas décadas de 1960 e 1970, quando o Japão teve papel muito significativo no avanço da industrialização brasileira. Posteriormente, após período de relativo distanciamento, relacionado às

recessões de lado a lado nos anos 80 e 90, houve novo impulso recíproco de aproximação a partir da década passada, especialmente após a troca de visitas de alto nível em 2004 e 2005 (visita do Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi ao Brasil, retribuída por visita do Presidente Lula ao Japão). Há interesse brasileiro em ampliar a agenda bilateral e em expandir e renovar a complementaridade entre o Brasil e o Japão.

Em 2008, foi celebrado o “Ano do Intercâmbio Brasil-Japão”, por ocasião do centenário da imigração japonesa para o País, cujas comemorações foram prestigiadas pela visita ao Japão da então Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, em abril, e pela visita ao Brasil do Príncipe-Herdeiro Naruhito, em junho.

A dimensão humana constitui elemento de primeira importância nas relações bilaterais. A comunidade brasileira no Japão é a nossa 2ª maior no exterior (depois da comunidade nos EUA) e a 4ª maior comunidade estrangeira no Japão (atrás de chineses, coreanos e filipinos) – corresponde a 9,5% dos estrangeiros residentes, apesar de ter decrescido do ápice de 313.771 pessoas, em 2007, para 190.581 atualmente (redução de 39,26% em cinco anos). Por sua vez, a comunidade nipô-descendente (“*nikkei*”) no Brasil, já em sua 6ª geração, alcança cerca de 1,5 milhão (a maior população de origem nipônica fora do Japão). O número de nacionais do Japão residentes no Brasil é de aproximadamente 56 mil.

Esses profundos vínculos humanos foram evidenciados pela significativa mobilização em solidariedade às vítimas do terremoto e *tsunami*, de 11 de março de 2011. Merece destaque o “Movimento Brasil Solidário”, coordenado pela Embaixada em Tóquio e integrado por lideranças da comunidade e empresas brasileiras no Japão. O Governo brasileiro efetuou, em abril de 2011, doação humanitária, no valor de US\$ 500 mil, à seção japonesa da Cruz Vermelha. Pouco depois da catástrofe natural, em 16 de abril de 2011, o Chanceler Antonio Patriota visitou o Japão e expressou a solidariedade do povo e do Governo do Brasil.

Em 29 de julho de 2010, foi assinado o Acordo Previdenciário Brasil-Japão, antiga reivindicação da comunidade brasileira, o qual entrou em vigor em 1º de março de 2012. O instrumento permite a soma de períodos de contribuição previdenciária nos dois países, para fim de obtenção de benefícios.

Em janeiro de 2011, o Deputado Taro Aso, atual Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças, representou o Japão nas cerimônias da posse da Presidenta Dilma Rousseff. Além de reunião com a Presidenta Dilma Rousseff (2 de janeiro), o Deputado Aso, que, há anos, preside a seção japonesa da Liga Parlamentar de Amizade Brasil-Japão, foi recebido pelo então Chanceler Celso Amorim (31 de dezembro de 2010). Do lado brasileiro, a Liga Parlamentar de Amizade Brasil-Japão é presidida, atualmente, pela Deputada Keiko Ota (PSB-SP), que exercerá o cargo até março de 2014.

Em junho de 2011, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Takeaki Matsumoto veio a Brasília para encontrar-se com o Ministro Antonio Patriota. Em junho de 2012, o Ministro dos Negócios Estrangeiros subsequente, Koichiro Gamba, chefiou a delegação de seu país à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Conferência Rio+20).

Em visita ao Japão, em 2012, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Fernando Pimentel, participou da XV Reunião do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão (encontro CNI-Keidanren). Já em 1º e 2 de maio de 2013, o Ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão (homólogo japonês do MDIC), Toshimitsu Motegi, visitou São Paulo e Brasília, acompanhado por 68 empresários japoneses.

Atualmente, o Japão é o 2º maior parceiro comercial do Brasil na Ásia e o 6º no mundo (em 2012, corrente de comércio de US\$ 15,7 bilhões, com superávit comercial de US\$ 219 milhões para o Brasil), além de consistir no 5º maior destino de exportações brasileiras e a 7ª fonte de nossas importações. Ademais, o Japão é importante e tradicional investidor no Brasil (em 2011, 4ª maior origem de investimentos no Brasil, com aporte de US\$ 7,5 bilhões, ou 10,8% do investimento estrangeiro direto total no País), em setores como siderurgia, mineração, automóveis, papel e celulose, eletrônicos, agricultura, entre outros. Em 2012, o Brasil recebeu fluxo de US\$ 1,47 bilhão em investimentos estrangeiro direto japonês (10ª maior fonte; 2,4% do investimento estrangeiro direto total). O Brasil posiciona-se em 6º lugar na lista de países considerados mais promissores para investimentos no médio prazo, de acordo com recente pesquisa sobre as perspectivas das operações internacionais do empresariado japonês, publicado em janeiro de 2013.

O Brasil e o Japão atuam juntos no "G4" – grupamento integrado também por Alemanha e Índia, em favor da reforma do Conselho de Segurança da ONU. Brasil e Japão são os dois países que mais vezes ocuparam assento não permanente no Conselho (10 biênios cada um). O G4 defende a expansão do Conselho de Segurança com novos membros permanentes e não permanentes. A mais recente Reunião Ministerial do G4, realizada em 25 de setembro de 2012, à margem da 67ª Assembleia Geral da ONU, possibilitou reafirmar a unidade e o empenho do grupo com vistas a avançar no processo de reforma do Conselho. Nessa ocasião, os Chanceleres do G4 expressaram sua determinação em injetar maior dinamismo ao processo e recordaram que a expansão em ambas as categorias conta com o apoio da maioria esmagadora dos Estados-membros da ONU.

Brasil e Japão têm parcerias bem sucedidas em atividades econômicas em terceiros mercados, como evidenciado pela transplantação do sistema nipo-brasileiro de TV digital para quase toda a América do Sul (à exceção de Colômbia e Guiana) e para países da América Central (Costa Rica e Guatemala) e da África (Botsuana). Estão sendo realizadas negociações para a adoção do sistema ISDB-T em países da África, América Central e Ásia (destaque para Angola, Cabo Verde, El Salvador, Filipinas, Honduras, Moçambique, Nicarágua, República Democrática do Congo, Sri Lanka e Zâmbia), com envio missões na área de TV digital, tanto brasileiras quanto japonesas, ao longo dos últimos anos.

Brasil e Japão desenvolveram, também o ProSavana, bem sucedido projeto de cooperação técnica trilateral para o desenvolvimento da agricultura na savana de Moçambique, envolvendo pesquisadores da Embrapa.

Avalia-se que a parceria em TV digital, associada aos referidos êxitos em cooperação trilateral em Moçambique, são indicadores da maturidade das relações bilaterais entre o Brasil e o Japão, pois evidenciam frutífera capacidade de atuação conjunta.

O Japão é um dos principais parceiros do Brasil em projetos de cooperação técnica. Durante 38 anos, o Japão foi o principal parceiro da cooperação técnica bilateral do Brasil, direcionando ao nosso país volume anual de recursos da ordem de US\$ 100 milhões. Nos últimos anos, o Japão tem realizado sucessivas revisões da classificação dos destinatários de sua Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, as quais levaram à redução da cooperação bilateral com o Brasil. Em recente visita ao Brasil (janeiro de 2013) o Presidente da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), Akihiko Tanaka, assinalou ao Chanceler Antonio Patriota que as áreas prioritárias da cooperação técnica bilateral do Japão para o Brasil são desenvolvimento urbano, meio ambiente e gestão de desastres naturais. Os empréstimos subsidiados, no entanto, foram mantidos a taxas atraentes, especialmente para programas que tenham a participação de empresas japonesas.

Em 2012, a JICA aprovou a concessão de dois empréstimos para o Brasil: um para o Estado do Pará, com vistas à reestruturação do transporte urbano de Belém, e outro para a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), voltado para projeto de redução de perdas de água na rede.

Há grande potencial de expansão da cooperação nipo-brasileira em ciência, tecnologia e inovação. Existem importantes iniciativas em curso nas áreas de TV Digital; oceanografia e ciências do mar; biotecnologia; ciências médicas; nanotecnologia; e novos materiais. Revelam-se grandes oportunidades por explorar nos campos de satélites e tecnologia espacial; semicondutores; energia nuclear; e tecnologia da informação e comunicação.

O Governo japonês tem demonstrado grande interesse em receber estudantes e pesquisadores brasileiros no Japão, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras. Após a assinatura, em 31 julho de 2012, de Memorando de Entendimento entre a CAPES e a JASSO (Japan Student Services Organization), 27 bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras já foram implementadas no Japão, a maioria das quais para Doutorado (13) e Pós-Doutorado (5). O primeiro edital específico para o preenchimento de vagas de graduação em universidades japonesas foi lançado em novembro de 2012. Os 47 bolsistas aprovados nesse processo deverão chegar ao Japão em setembro próximo.

O Governo japonês tem a meta de oferecer 1.300 vagas por ano para estudantes e pesquisadores brasileiros. Projeto do Governo japonês intitulado “Global 30”, que pretende atrair para o Japão, até 2020, 300 mil estudantes estrangeiros, favorece ainda mais as perspectivas do Ciência sem Fronteiras no país.

Vale ressaltar que empresas japonesas têm disponibilizado vagas de estágio para bolsistas do Ciência sem Fronteiras. Na área de construção naval, as empresas

Kawasaki Heavy Industries e Mitsubishi Heavy Industries oferecem estágio para estudantes brasileiros em seus estaleiros, em convênio com a Universidade de Tóquio. Entre as demais empresas ofertantes de estágio destacam-se: Toyota, Sony, Panasonic, Toshiba, Mistui e Toyo Engineering.

COMUNIDADE BRASILEIRA NO JAPÃO

Como antes citado, a comunidade brasileira no Japão é a nossa 2ª maior no exterior (depois da comunidade nos EUA) e a 4ª maior comunidade estrangeira no Japão (atrás de chineses, coreanos e filipinos), apesar de ter decrescido do ápice de 313.771 mil pessoas, em 2007, para 190.581 atualmente (redução de 39,26% em cinco anos). As províncias japonesas com maior número de brasileiros são as de Aichi (50.529, ou 26,51% do total), Shizuoka (29.668, ou 15,57%), Mie (13.324 ou 6,99%), Gunma (12.194, ou 6,40%) e Gifu (11.530, ou 6,05%).

Com respeito ao "status" de permanência, a maior parte dos brasileiros no Japão tem "residência permanente": são 114.632 pessoas, ou 60,15% do total. Seguem-se os detentores de "visto de permanência de longa duração" (53.044, ou 27,83%), de "visto para cônjuges ou filhos de japoneses" (19.519, ou 10,24%) e "visto para cônjuges ou filhos de residentes permanentes" (2.067, ou 1,08%).

Por sua vez, a comunidade nipo-descendente no Brasil, já em sua 6ª geração, alcança cerca de 1,5 milhão (a maior população de origem nipônica fora do Japão). O número de nacionais do Japão residentes no Brasil é de aproximadamente 56 mil. Em 29 de julho de 2010, foi assinado o Acordo Previdenciário Brasil-Japão, antiga reivindicação da comunidade brasileira, o qual entrou em vigor em 1º de março de 2012. O instrumento permite a soma de períodos de contribuição previdenciária nos dois países, para fim de obtenção de benefícios.

No contexto do agravamento da crise econômica mundial de 2008/2009, o Governo do Japão anunciou o que veio a ser conhecido como "auxílio-retorno" ou "ajuda dos 300 mil ienes": com o propósito de facilitar o retorno de imigrantes, foi pago aos inscritos 300 mil ienes (quase 3 mil dólares), e 200 mil ienes por dependente, para que voltassem aos seus países de origem. Como contrapartida, foi suspensa a possibilidade de os beneficiários receberem novo visto de trabalho pelo período de três anos.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar do Japão, 20.053 brasileiros beneficiaram-se do programa, o que representa 92,5% do total de estrangeiros que retornaram aos seus países de origem ao abrigo dessa iniciativa.

CONJUNTURA DOMÉSTICA

Política interna

O Japão é uma monarquia constitucional parlamentarista. Ao Imperador, atribui-se a função de "símbolo do Estado e da unidade do povo", sem poderes efetivos. O Governo é exercido por um Gabinete nomeado pelo Primeiro-Ministro, que é escolhido por uma Dieta (Parlamento) bicameral (com Câmara Alta, composta por 242 Conselheiros com mandato de 6 anos e que não pode ser dissolvida antes desse prazo; e Câmara Baixa, integrada por 480 Deputados, com mandato de 4 anos). As forças políticas estão organizadas em um sistema pluripartidário (atualmente, 12 partidos) e os parlamentares são eleitos pelo voto popular, por um complexo sistema distrital misto (311 distritos, divididos entre as 47 Províncias que compõem a organização político-administrativa do Japão).

Desde setembro de 2006, houve sete Primeiros-Ministros no poder, inclusive o atual Primeiro-Ministro Shinzo Abe (que já exercera o cargo entre setembro de 2006 e setembro de 2007). Nas eleições parlamentares de agosto de 2009, o até então opositor Partido Democrático do Japão (PDJ) alçou-se ao Governo, ao obter vitória histórica sobre o Partido Liberal Democrático (PLD), que governou o país por praticamente todo o pós-Guerra (desde 1955), salvo breve intervalo de nove meses entre 1993 e 1994. Porém, desde julho de 2010, quando sofreu derrota nas eleições para a Câmara Alta, o PDJ defrontou-se com a chamada "Dieta dividida", uma vez que a oposição, liderada pelo PLD e detentora da maioria na Câmara Alta, dificultou sistematicamente o trâmite de projetos de lei de interesse do Governo.

Ademais, dissensões intrapartidárias no PDJ, insatisfação popular com o manejo governamental dos desastres de março de 2011 (terremoto seguido de tsunami e de acidente nuclear), assim como a ausência de sinais de recuperação do crescimento econômico, corroeram progressivamente a sustentação política do PDJ. Assim, dos três Primeiros-Ministros do PDJ – Yukio Hatoyama, Naoto Kan e Yoshihiko Noda, nessa ordem – os dois primeiros renunciaram ao cargo em meio a índices de popularidade cada vez mais baixos e a pressões políticas da oposição e mesmo de correligionários.

Previam-se eleições gerais para a Câmara Baixa somente para agosto de 2013, mas a dissolução da Câmara Baixa pelo então Primeiro-Ministro Yoshihiko Noda, em 16 de novembro de 2012, com consequente realização de eleições gerais antecipadas, em 16 de dezembro último, ocasionaram o retorno do PLD ao poder, este, juntamente com seu aliado, o "Komeito" (ligado à organização budista e pacifista "Soka Gakkai"), conquistou ampla maioria (pouco mais de 2/3) nessa Casa parlamentar (325 de 480 assentos, sendo 294 do PLD). De acordo com a Constituição japonesa, a maioria de 2/3 na Câmara Baixa permite à coalizão governista aprovar projetos de lei rejeitados pela Câmara Alta. É relevante notar o grande encolhimento da bancada do PDJ, que assumira o Governo, em setembro de 2009, com maioria de 308 assentos na Câmara Baixa e, nestas últimas eleições, só elegeu 57 deputados.

Nas eleições para a Câmara Alta, em julho de 2013, o PLD obteve nova vitória, obteve os 65 dos 121 assentos disputados, enquanto o New Komeito conquistou 11 assentos, resultado que deu à coalizão governista a maioria simples de 135 parlamentares naquela Casa (total de 242 assentos).

De modo geral, o eleitorado japonês, nos últimos anos, tem-se ressentido do que é percebido como falta de capacidade de liderança e de inovação por parte da classe política do país. Como evidência desse fenômeno, observe-se que, nas eleições de dezembro de 2012 para a Câmara Baixa, apenas 59,3% dos eleitores compareceram às urnas, perfazendo o menor índice de participação eleitoral desde o fim da II Guerra Mundial. Em contraste, houve número recorde de partidos (12) e de candidatos (1.504) ao cargo de Deputado.

A insatisfação popular com a política, evidenciada pela intensa troca de Gabinetes nos últimos anos (6 Gabinetes entre 2007 e 2012, sem contar o atual) abriu espaço para que certas lideranças locais alcançassem projeção nacional. O descontentamento com os partidos tradicionais (PLD e PDJ) permitiu que, poucos meses depois de sua fundação, em setembro de 2012, o Partido da Restauração de Japão (PRJ, integrado por políticos oriundos de outros Partidos, muitos dos quais de orientação nacionalista e revisionista da história recente do Japão) alcançasse, nas eleições de dezembro de 2012, a terceira maior bancada na Câmara Baixa (54 deputados, apenas 3 a menos que a bancada do PDJ).

Por sua vez, o Primeiro-Ministro Shinzo Abe tem usado lemas como "o Japão está de volta", que revelariam o propósito de colocar-se como líder transformador, cujo objetivo primordial é não permitir que o Japão se torne "um país de segunda classe". Nesse sentido, Abe tem defendido um "Japão forte, tanto na economia quanto na defesa nacional" – com linha semelhante, segundo alguns analistas, ao lema dos Governos promotores da modernização, industrialização e militarização do Japão durante a era Meiji (1868-1912): "nação rica, exército forte". Abe tem buscado, contudo, rejeitar críticas de que seria partidário de um nacionalismo demagógico, militarista e belicista, o que poderia comprometer as relações do Japão com países vizinhos, especialmente a China e a Coreia do Sul, vítimas do expansionismo imperialista do Japão na primeira metade do Século XX.

Economia

Em fevereiro de 2011, o Japão perdeu para a China a condição de 2ª maior economia mundial. A desaceleração da economia japonesa remonta ao início dos anos 90, quando ocorreu o estouro da bolha de ativos (especialmente imóveis e ações). Entre 1990 e 2007, o Japão cresceu em média 1,2%, contra 7,1% em 1988. Esse quadro se insere em um processo persistente de deflação e crescente déficit público (relação dívida bruta/PIB de 237,9% em 2012, a maior entre os integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE), com

previsão de alcançar 245,4% em 2013, segundo o Fundo Monetário Internacional - FMI). Há forte pressão sobre a dívida pública por parte das elevadas e crescentes despesas governamentais com bem-estar social (os gastos previdenciários previstos para 2013 são 10,4% maiores em relação ao ano anterior), decorrentes do envelhecimento populacional, além dos gastos com a reconstrução das regiões atingidas pelo grande terremoto e tsunami de 11 de março de 2011 (US\$ 44,5 bilhões previstos no orçamento para o ano fiscal 2013).

Por outro lado, o Japão apresenta baixo desemprego (média de 4,3% em 2012), altos índices de desenvolvimento social e de produtividade, além de alto nível de poupança interna em relação ao PIB, embora menor do que no passado (21,5% em 2012, contra 32,5% em 1990), além de grande volume de reservas internacionais (US\$ 1,25 trilhão em maio de 2013).

O referido processo de reconstrução da infraestrutura desde março de 2011 contribuiu para a tímida retomada do crescimento em 2012 (+2,0%), após resultado negativo em 2011 (-0,5%). Em direção oposta, a diminuição, desde 2008, da demanda por produtos japoneses por parte de grandes parceiros comerciais (UE, EUA e mesmo a China, maior parceiro comercial do Japão) e o iene sobrevalorizado nos últimos 15 anos (em prejuízo da competitividade dos produtos japoneses) são avaliados como fatores de inibição do investimento empresarial interno (a taxa de investimento atual é de 20% do PIB, contra 32% em 1990), o que estimula a transferência parcial da produção para outros países (hoje, cerca de 18% da produção industrial japonesa é realizada por companhias japonesas e suas subsidiárias fora do território nacional).

Adicionalmente, o encolhimento da população e do mercado doméstico, provocado por baixas taxas de fertilidade e de imigração, tem inibido o consumo privado (que responde por 60% do PIB), também tolhido pela cultura de expectativas deflacionárias e de aversão ao risco desde o estouro da bolha de ativos. Configura-se, no Japão, um caso paradigmático de "armadilha de liquidez", em que as políticas monetárias convencionais, aplicadas até o limite dos juros próximos de zero, não foram suficientes para estimular os agentes econômicos, o que induz ao recurso a políticas fiscais e ajustes estruturais para promover o crescimento.

Balanço de pagamentos

É relevante, ainda, notar a situação do balanço de pagamentos do Japão nos últimos anos, particularmente a deterioração da balança comercial desde 2011. No ano fiscal 2012 (1º de abril de 2012 a 31 de março de 2013), em consequência da queda de 2,1% nas exportações e do aumento de 3,4% nas importações, o Japão registrou o maior déficit comercial de sua história (8,17 trilhões de ienes, ou cerca de US\$ 81 bilhões), ultrapassando o recorde do ano fiscal 2011 (US\$ 54 bilhões, então o primeiro déficit comercial em 31 anos).

O resultado negativo da balança comercial japonesa pode ser atribuído não somente à valorização excessiva do iene frente às demais moedas, o que reduziu a competitividade dos produtos japoneses, mas também à desaceleração da economia global nos últimos anos. A crise enfrentada pela União Europeia surtiu efeitos negativos no resultados das exportações japonesas para aquele bloco, que se reduziram substancialmente (-14,7%), especialmente as de semicondutores e componentes eletrônicos. Houve, também, o considerável impacto no custo das importações de combustíveis fósseis (mais de 1/3 das importações japonesas em 2012, com aumento de 14,9% e 5,3% nas compras de gás natural liquefeito e petróleo respectivamente), visto que praticamente todos os reatores nucleares do Japão (48 de um total de 50) mantêm-se fora de operação desde março de 2011, após o acidente nuclear na usina Fukushima-1. Recorde-se que o Japão importa mais de 90% da energia que consome.

A balança de serviços e rendas, por sua vez, alcançou, no ano fiscal 2012, resultado positivo de 14,72 trilhões de ienes (US\$144,4 bilhões, 5,1% a mais que em 2011), o que mais que compensou o déficit comercial e resultou, primordialmente, da remuneração dos investimentos diretos. No entanto, o saldo em transações correntes do ano fiscal 2012, sob o efeito do mau desempenho histórico da balança comercial, foi o pior resultado anual desde 1985, com superávit de 4,29 trilhões de ienes (US\$42 bilhões), 43,6% inferior ao resultado do ano fiscal de 2011 (o qual, por sua vez, já fora 54,3% menor que o de 2010). Nos últimos anos, portanto, observou-se tendência de queda do superávit em conta corrente, tradicional elemento de equilíbrio do balanço de pagamentos do Japão.

Estratégia de revitalização da economia do Japão

São estas as mais recentes estimativas de crescimento do PIB japonês, segundo o FMI: 2,0%(2012); 1,6% (2013); 1,4% (2014). Já o Banco do Japão prevê crescimento de: 2,4% a 3,0% no ano fiscal 2013; 1,0% a 1,5% em 2014; e 1,4% a 1,9% em 2015. O Banco do Japão tem, nos últimos meses, melhorado a avaliação da economia japonesa, ao apontar uma moderada recuperação da demanda externa, bem como a melhora da percepção dos consumidores. Mais recentemente (16 de maio de 2013), divulgou-se que o PIB do 1º trimestre de 2013 apresentou crescimento anualizado de 4,1% em relação ao mesmo período de 2012, desempenho indicativo de forte aceleração da economia japonesa, (1,0% no 4º trimestre de 2012) e superior à média das economias avançadas.

Para fazer face ao prolongado quadro de deflação com baixo nível de crescimento, o Gabinete do Primeiro-Ministro Shinzo Abe recorreu a uma estratégia de "três pilares", composta pelos seguintes elementos: 1) política monetária "ousada", via flexibilização monetária; 2) política fiscal "flexível" (expansionista); e 3) reformas estruturais. As estimativas do Governo japonês apontam que o pacote de

estímulo econômico gerará 600 mil novos empregos, em uma perspectiva mais imediata, alcançando-se 4,43 milhões de novos postos de trabalho até 2030. No longo prazo, as autoridades japonesas estimam que o pacote proporcionará crescimento médio anual, até 2022, de 3% nominais.

Além das políticas expansionistas nos planos monetário e fiscal, o Governo japonês tem reconhecido a necessidade de promover reformas estruturais na economia do país, de modo a dinamizar tanto o mercado de bens e serviços – por meio de medidas de desregulamentação, privatização e incentivo à competição setorial – quanto o mercado de trabalho, com estímulos à incorporação de mulheres e de idosos.

O Primeiro-Ministro Shinzo Abe vem delineado o que denomina de "estratégia de crescimento indutora do investimento privado". Segundo Abe, essa estratégia será norteadas por três princípios: a assunção de desafios, a abertura a outros países e a busca de inovação. Abe defende, também, que o emprego mais eficiente do capital humano japonês, especialmente mediante maior participação das mulheres no mercado de trabalho, deve ser o eixo do novo plano de crescimento, combinando políticas econômicas e sociais.

Com o objetivo de promover reformas estruturais, o Gabinete Abe anunciou as seguintes medidas e seus correspondentes objetivos:

Comércio: O Primeiro-Ministro Abe afirmou o compromisso de incrementar para 70% (em relação aos atuais 20%) o percentual das trocas externas japonesas abarcadas por acordos de livre comércio;

Política Energética: Em abril, o Gabinete do Primeiro-Ministro Abe aprovou legislação com o objetivo de separar as atividades relacionadas à geração de energia das atividades de distribuição de energia. Além disso, foi aberto à concorrência de empresas privadas o mercado, até então monopolizado, de fornecimento residencial de energia;

Participação das mulheres no mercado de trabalho: Apenas 30% das mulheres japonesas com filhos pequenos trabalham, em contraste com 50% nos EUA, Reino Unido e Alemanha, e 75% na Suécia. O Primeiro-Ministro Abe planeja ampliar essa participação, ao criar 250 mil vagas para crianças em creches. Além disso, fez um apelo pessoal às empresas japonesas para que mantenham ao menos uma mulher em seus quadros diretivos, embora não tenha mencionado a intenção de adotar quotas para tanto;

Setor Acadêmico: A fim de incluir, no prazo de dez anos, 10 universidades japonesas entre as 100 primeiras colocadas nos *rankings* internacionais de excelência universitária (atualmente apenas duas universidades japonesas figuram entre as 100 melhores), o Governo japonês planeja aumentar o intercâmbio universitário e condicionar o financiamento público de universidades a metas estabelecidas;

Setor Agrícola: O Primeiro-Ministro Abe tem a expectativa de duplicar a renda dos produtores agrícolas até 2023, por meio do estímulo às exportações e ao cultivo de áreas rurais atualmente sub-utilizadas;

Turismo: Devido à desvalorização do iene, em 2013, são esperados 10 milhões de turistas no Japão, comparados aos 8,4 milhões que visitaram o país no ano passado. A longo prazo, o objetivo do Governo é de que o Japão receba 20 milhões de turistas anualmente;

Investimento Estrangeiro: O volume de investimento estrangeiro direto (IED) recebido pelo Japão, de 4% do PIB, é considerado pelo Gabinete Abe baixo, em comparação com o volume de recebido por outros países (13% do PIB na Coreia do Sul e 50% no Reino Unido). O objetivo do Governo é duplicar o IED até 2020;

Investimento do Setor Privado: O Governo japonês planeja lançar mão de incentivos fiscais para elevar o investimento doméstico do setor privado ao patamar de 70 bilhões de ienes, em três anos.

Fármacos: Com o objetivo de facilitar a adoção de novos medicamentos e equipamentos hospitalares, O Primeiro-Ministro Abe tenciona criar o Instituto Nacional da Saúde, órgão que abrangerá competências hoje dispersas em diferentes Ministérios;

Exportação de Infraestrutura: O Primeiro-Ministro Abe manifestou planos de apoiar as vendas externas de empresas japonesas fabricantes de trens de alta velocidade e reatores e equipamentos para usinas nucleares, a fim de triplicar as exportações japonesas nesses setores;

Zonas Especiais de Desregulamentação: Algumas regiões, além de cidades como Tóquio, poderão, em caráter experimental, adotar medidas de desregulamentação ainda não adotadas no restante do país.

O Primeiro-Ministro japonês apregoa o aproveitamento mais intenso do potencial de exportação do país, especialmente nos setores de infraestrutura, farmacêutico, de saúde e equipamentos de medicina. Vale notar que o Governo japonês aprovou, em abril de 2013, medidas de facilitação de acesso a empréstimos denominados em ienes, com vistas a incrementar exportações relacionadas a projetos de infraestrutura e, assim, contribuir com a estratégia de crescimento de longo prazo do país. Para empréstimos vinculados, ou seja, aqueles concedidos por agências governamentais japonesas, sob a condição de que o tomador estrangeiro utilize os recursos no Japão, as taxas de juros básicas serão reduzidas de 0,2% para 0,1% ao ano, desde que sejam contratadas empreiteiras japonesas. Já para empréstimos não vinculados, ou seja, aqueles não limitados à contratação de empreiteiras japonesas, as taxas de juros para projetos com condições preferenciais serão reduzidas dos atuais 0,55% a 1,20% ao ano para uma faixa entre 0,01% a 0,6% ao ano.

Perspectivas econômicas

Em suma, as autoridades japonesas têm-se concentrado na revitalização da economia, que vinha sendo afetada pelo ambiente externo adverso e pelo iene fortemente valorizado. Entretanto, conforme relata a Embaixada do Brasil em Tóquio, alguns analistas permanecem céticos com relação à eficácia, no longo prazo,

do pacote econômico do Governo Abe. Argumentam que, embora o mercado esteja, a princípio, respondendo positivamente às medidas de flexibilização monetária e fiscal, o crescimento econômico não será sustentável sem a implementação efetiva de reformas estruturais. Defendem, nesse sentido, que o avanço da negociação de acordos de livre comércio, a adoção de medidas de incentivo à entrada de mulheres e idosos no mercado de trabalho e a liberalização dos setores de geração e de distribuição de energia elétrica são essenciais para revitalizar, de fato, a economia japonesa.

É relevante o fator demográfico na geração de crescimento econômico no longo prazo, devido ao declínio numérico (crescimento vegetativo negativo) e ao envelhecimento da população japonesa (com crescente desproporção entre o número de idosos e a população economicamente ativa). Relatório do Governo japonês, publicado no início de 2013, prevê que, até 2060, a população do país terá encolhido em cerca de 30% (dos atuais 127 milhões de habitantes para pouco menos de 87 milhões), ao passo que a proporção de pessoas com 65 anos ou mais aumentará para 40% do contingente total.

Cabe frisar, por fim, que, no contexto de perspectivas ainda incertas para a economia internacional em 2013, o Japão tem buscado vincular mais intensamente sua economia ao entorno asiático e aumentar sua exposição a outras áreas dinâmicas, como o Brasil, inclusive na forma de crescente investimento direto japonês. Durante a última década em que a economia japonesa careceu de fontes internas de dinamismo, as empresas direcionaram os amplos recursos em seu poder à expansão internacional por meio, sobretudo, de aquisições de empresas estrangeiras. Em 2012, os investimentos diretos externos do Japão, segundo país na classificação como origem de fluxos internacionais de investimento estrangeiro direto, somaram USD 122 bilhões, um recorde no pós-crise de 2008.

Sintomaticamente, diversas empresas japonesas – como a Toyota e a Nissan – têm transferido operações para o exterior e reduzido a capacidade produtiva doméstica. Analistas estimam que os fluxos de investimento estrangeiro direto japonês para o exterior continuarão elevados no futuro próximo. Recorde-se que o Brasil está em 6º lugar na lista de países considerados mais promissores para investimentos no médio prazo, de acordo com recente pesquisa sobre as perspectivas das operações internacionais do empresariado japonês.

Terremoto e tsunami de 11 de março de 2011

Em 11 de março de 2011, a costa nordeste do Japão foi atingida por violento terremoto (9 graus na escala Richter, o maior já registrado na história do Japão e quinto mais intenso em escala global), seguido de *tsunami* (que inundou extensas áreas nas províncias próximas ao epicentro desse abalo) e de diversos abalos secundários (alguns com magnitude superior a 6 e um com de magnitude 7,1). O número de mortos é de quase 20 mil. Não há registro de brasileiros entre as vítimas fatais.

No que se refere à mobilização da comunidade brasileira no Japão com vistas à assistência a desabrigados, além de inúmeros esforços localizados, como a arrecadação de 32 mil cobertores na província de Aichi (onde há cerca de 50 mil

brasileiros), destaca-se o “Movimento Brasil Solidário”, coordenado pela Embaixada em Tóquio e integrado por lideranças da comunidade brasileira e por empresas brasileiras atuantes no Japão, como Petrobras, Vale, Banco do Brasil e Itaú.

Posteriormente, o foco do Movimento Brasil Solidário passou a ser a cidade de Minami-Sanriku (Província de Miyagi), uma das mais devastadas pelo *tsunami*. No âmbito dessa iniciativa, foram doados, em abril de 2011, 400 bicicletas e 5 mil litros de álcool ao abrigo central de Minami-Sanriku. Em junho de 2011, o Embaixador do Brasil em Tóquio visitou Minami-Sanriku e constatou os efeitos catastróficos do *tsunami* naquela localidade. Naquela ocasião, foi entregue ao Prefeito de Minami-Sanriku cerca de 1.400 litros de sucos de frutas e refrigerantes doados por quatro empresas brasileiras.

Acidente nuclear na usina Fukushima-1

Outra grave consequência dos abalos sísmicos de 2011 foi o impacto sobre usinas nucleares nas províncias mais afetadas, o que motivou o Governo japonês a declarar emergência nuclear ainda no dia 11 de março de 2011. O Governo japonês, de início, caracterizou acidente como de nível 4 na Escala Internacional de Eventos Radiológicos (de 0 a 7), com atualização para nível 5, em 18 de março, e para nível 7 em 11 de abril (nível máximo, também anteriormente atingido pelo acidente nuclear em Chernobil). Determinou-se a evacuação da região circundante à usina Fukushima-1, em um raio de 20 km, bem como a abrigagem (confinamento) na faixa entre 20 e 30 km (em 25 de março, o Governo japonês passou a recomendar a “evacuação voluntária” dos residentes nessa faixa mais periférica). Já em 11 de abril foram designadas pelo Governo japonês, além do raio de 30 km, “Áreas de Evacuação Programada” (cidades a noroeste do perímetro, onde a evacuação ocorreu durante 30 dias posteriores) e “Áreas de Evacuação em Caso Emergencial” (onde a população deve estar preparada para eventual evacuação).

As autoridades japonesas envidaram esforços, desde a eclosão da emergência nuclear (aplicação de água, boro e nitrogênio), para impedir o aquecimento dos reatores. Foi divulgado, em 17 de abril de 2011, cronograma de estabilização da usina Fukushima-1, segundo o qual seriam alcançados, entre 6 e 9 meses: o desligamento a frio dos reatores I, II e III; controle e redução significativa da emissão radioativa; e a reparação do vaso de contenção do reator II. A gradual estabilização da usina Fukushima-1 seguiu as etapas intermediárias do cronograma conforme as previsões, até que, em 16 de dezembro de 2011, o então Primeiro-Ministro Yoshihiko Noda declarou que a usina Fukushima-1 atingiu o estado de desligamento a frio. Foram necessários mais de oito meses para reduzir a temperatura dos reatores da usina, pré-condição para o início dos trabalhos de retirada de combustível nuclear, bem como de descontaminação (estima-se que esta deva durar até 40 anos, o que tem colocado em questão o retorno da população das regiões próximas).

Recorde-se que, em 2010, a energia nuclear respondia por cerca de quase 30% (48,01 GW) da energia elétrica produzida naquele país e que, desde o acidente nuclear na usina Fukushima-1 (março de 2011), praticamente todas os reatores nucleares no Japão (48 de um total de 50) encontram-se em atividade suspensa por decisão governamental, com consequente aumento do emprego de fontes térmicas (combustíveis fósseis, como gás natural liquefeito).

TEMAS INTERNACIONAIS

Política externa

Derrotado na 2ª Guerra Mundial, após os bombardeios nucleares em Hiroshima e Nagasaki, o Japão tornou-se, após 1945, um modelo de reconstrução econômica, tendo substituído a orientação militarista e expansionista do passado pela aliança estratégica com os EUA. Em novembro de 1946, foi promulgada nova Constituição, em substituição à Carta de 1889. Dentre os traços principais do novo texto constitucional, ressaltam a ausência de referência à condição divina do Imperador (referido não como Chefe de Estado, mas como "o símbolo do Estado e da unidade do povo") e o pacifismo, materializado no Artigo 9º ("Aspirando sinceramente à paz internacional baseada na justiça e na ordem, o povo japonês renuncia permanentemente à guerra como direito soberano da nação e à ameaça ou uso da força como meio de resolução de controvérsias internacionais").

Em 1952, após quase sete anos de ocupação dos EUA, o Japão recuperou sua soberania, embora mantendo Okinawa sob administração norte-americana até 1972. A partir dos anos 60, o país consolidou-se como um exemplo de prosperidade econômica, estabilidade política e centro de produção de conhecimento e inovação tecnológica. Entretanto, após o estouro da bolha imobiliária no início dos anos 90, o PIB japonês permaneceu praticamente estagnado, sendo também duramente afetado pela crise econômico-financeira internacional desencadeada em 2008, e pelos efeitos do grande terremoto seguido de *tsunami*, em março de 2011.

Atualmente, o traço mais marcante do discurso diplomático japonês é seu tom de novo marcadamente nacionalista. Em discurso feito pelo Primeiro-Ministro Shinzō Abe no Centro para Estudos Estratégicos Internacionais (CSIS), durante recente visita a Washington (fevereiro de 2013), afirmou: "Eu estou de volta; o Japão está de volta". Esse lema, repetido em diversos outros pronunciamentos, evidencia o seu propósito de afirmar-se como um líder transformador, cujo objetivo primordial é não permitir que o Japão se torne "um país de segunda classe". Nesse sentido, Abe tem defendido um "Japão forte, tanto na economia quanto na defesa nacional". Abe tem buscado, contudo, rejeitar críticas de que seria partidário de um nacionalismo demagógico, militarista e belicista, o que poderia comprometer as relações do Japão com países vizinhos, especialmente a China e a Coreia do Sul, que foram submetidas ao expansionismo imperialista do Japão na primeira metade do século XX.

A recente vitória do Partido Liberal Democrático (PLD) nas eleições da Câmara Alta foi recebida com aberta preocupação na China e Coreia do Sul, por receio de inflexão nacionalista na política externa japonesa. Já analistas como Ian Bremmer e David Petreus, em artigo do *Financial Times*, acreditam que o Primeiro-ministro japonês buscará manter boas relações com seus vizinhos em virtude dos

benefícios não somente políticos, mas também dos comerciais, de relações estáveis com China e Coreia do Sul.

Japão-EUA

A aliança estratégica com os EUA, juridicamente fundamentada no Tratado de Cooperação Mútua e Segurança (1960), mantém-se como principal fundamento da política externa do Japão. Persiste, no entanto, polêmica acerca da base norte-americana de Futenma, em Okinawa, caracterizada por impasse criado pela oposição da população e do Governo locais à permanência dessa instalação norte-americana, ainda que em zona menos densamente povoada. Recorde-se que tentativa infrutífera do então Primeiro-Ministro Yukio Hatoyama em acordar com os EUA a retirada da base daquela província, conforme promessa de campanha feita em 2009, contribuiu para a sua renúncia em junho de 2010. Entretanto, apesar dos protestos dos habitantes de Okinawa e do próprio Governador daquela província, Hirokazu Nakaima, os Governos japonês e norte-americano já reafirmaram o objetivo de transferir a base de Futenma da cidade de Ginowan para a cidade de Nago (ao norte da mesma ilha), ou seja, mantida, desse modo, a referida presença militar norte-americana em Okinawa.

Coreia do Norte

A percepção da Coreia do Norte como desafio comum ao Japão, à Coreia do Sul e aos EUA consiste em significativa variável geopolítica na Ásia do Leste. Recorde-se, nesse sentido, a participação do Japão nas Conversações pela desnuclearização da Península Coreana, que constituem o principal mecanismo negociador multilateral, criados em 2003, e que têm como demais membros as duas Coreias, EUA, China, e Rússia. Os trabalhos desse mecanismo estão paralisados desde abril de 2009. O lançamento de foguete norte-coreano em 12 de dezembro de 2012, bem como o teste nuclear conduzido em 12 de fevereiro de 2013 (ambos condenados por Resoluções do Conselho de Segurança da ONU) acirraram significativamente as tensões regionais.

Um ponto adicional de sensibilidade é a chamada questão dos sequestrados. O Japão acusa a Coreia do Norte de ter sequestrado dezessete cidadãos japoneses durante as décadas de 1970 e 1980, doze dos quais continuariam desaparecidos. O Governo japonês busca angariar apoio internacional para que a Coreia do Norte retorne à mesa de negociações e reinvestigue os casos pendentes. O tema prejudica os esforços para a normalização das relações entre o Japão e a Coreia do Norte (os dois países não mantêm relações diplomáticas), e é de grande sensibilidade para a sociedade japonesa.

Japão-Rússia

Observa-se renovado interesse japonês em intensificar as relações com a Rússia, apesar da questão territorial sobre as ilhas Kurilas (nome russo)/Territórios do

Norte (nome japonês), ocupadas pela então União Soviética em 1945 e reivindicadas pelo Japão desde então. O diferendo persiste desde o fim da II Guerra Mundial e, desde então, obstaculiza a própria assinatura de um tratado de paz entre os dois países. No final de abril de 2013, visita do Primeiro-Ministro Shinzo Abe à Rússia foi a primeira de um Chefe de Governo japonês em dez anos. Na ocasião, Abe acordou com o Presidente Vladimir Putin, além da intensificação da cooperação econômica e energética, o relançamento das negociações do tratado de paz e o objetivo de buscar-se uma "solução mutuamente aceitável" para a questão das ilhas em disputa.

Japão-Índia

O Japão tem buscado aproximar-se política e economicamente da Índia. Os dois países mantêm Acordo de Parceria Econômica, em vigor desde agosto de 2011. Em visita ao Japão, em maio de 2013, o Primeiro-Ministro Manmohan Singh teve como um de seus principais objetivos reforçar a mensagem de que a parceria estratégica entre os dois países exerce influência positiva sobre a paz e a estabilidade na região do Indo-Pacífico. No âmbito da defesa, destacam-se exercício naval, realizado em junho de 2012, e mecanismo anual de consultas que reúne representantes militar e diplomático dos dois países. Percebe-se significativo interesse por parte do Japão em diversificar suas parcerias econômicas e sua interlocução política, inclusive com países em desenvolvimento, como evidencia a proposta de o Japão tornar-se “parceiro de diálogo” do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), ao argumentar similaridades de perfil – como democracias e economias de mercado, além da experiência japonesa em cooperação técnica e financeira.

Japão-ASEAN

Outro importante foco de atenção da política externa japonesa são os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). A primeira viagem oficial ao exterior do Primeiro-Ministro Shinzo Abe após assumir foi périplo por países desse bloco (Indonésia, Tailândia e Vietnã). O interesse japonês estende-se aos campos político, econômico e de assistência ao desenvolvimento (o Japão é tradicional fonte de cooperação técnica e financiamento aos países da região).

Japão-América Latina

Com relação à América Latina, além do interesse japonês em assinar Acordo de Parceria Econômica com o MERCOSUL e a recente aproximação com a Aliança do Pacífico (bloco em que o Japão obteve, em 2013, *status* de observador), merece destaque a proposta japonesa de dialogar com a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), que reúne todos os 33 países da América Latina e do Caribe.

Em visita ao México (abril de 2013) o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Fumio Kishida, sugeriu a realização, ainda em 2013, de reunião com os Chanceleres dos países-membros da CELAC. O objetivo seria promover a cooperação em temas como mudança climática e desenvolvimento, desarmamento e não proliferação, e reforma das Nações Unidas.

Japão-África

No início de junho de 2013, ocorreu a 5ª Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano, em que o Japão reafirmou interesse em intensificar a assistência ao desenvolvimento a países africanos, promover investimentos japoneses nas áreas de mineração e energia e negociar um Acordo de Parceria Econômica (APE) com a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Comércio bilateral

Em 2012, o Japão foi o 2º parceiro comercial do Brasil na Ásia e o 6º no mundo, além de ter sido o 5º maior destino de exportações brasileiras e 7ª fonte de importações. Em 2012, a corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 15,7 bilhões (redução de quase 10% em relação a 2011, ano de fluxo recorde de US\$ 17,3 bilhões). Em 2012, o Brasil obteve superávit comercial com o Japão de US\$ 219 milhões (muito inferior ao superávit registrado em 2011, de US\$ 1,6 bilhão). Em 2012, as exportações brasileiras diminuíram 16% (de US\$ 9,5 bilhões para US\$ 8 bilhões), ao passo que as importações sofreram retração de 1,8% (de US\$ 7,9 bilhões para US\$ 7,7 bilhões). O Japão foi, em 2012, o destino de 3,3% das exportações brasileiras, participação ligeiramente inferior aos 3,7% registrados em 2011, mas se manteve na posição de 5º maior comprador do Brasil.

A redução das exportações brasileiras para o Japão em 2012 resultou, sobretudo, da queda do preço internacional do minério de ferro, principal produto de nossa pauta de exportação (37,5% do total exportado). Houve diminuição de US\$ 1,4 bilhão das exportações de minério de ferro (de US\$ 4,4 bilhões em 2011 para US\$ 3 bilhões em 2012). O Brasil é o 2º maior fornecedor de minério de ferro para o Japão, atrás somente da Austrália.

Em 2010, foi alcançado recorde de US\$ 14 bilhões na corrente de comércio Brasil-Japão (com superávit de US\$ 200 milhões para o Brasil), superado apenas pelo mencionado novo recorde de US\$ 17,3 bilhões em 2011. Entre 2008 e 2012, o

intercâmbio bilateral cresceu 21%, de US\$ 12,9 bilhões para US\$ 15,7 bilhões (crescimento de 30% nas exportações e de 14% nas importações). O saldo da balança comercial brasileira com o Japão foi negativo em 2008 e 2009. Entre 2010 e 2012, a balança comercial brasileira manteve-se superavitária.

Exportamos para o Japão principalmente produtos básicos (73,2% em 2012) e importamos quase que exclusivamente manufaturados (99,4% em 2012). Em 2012, o preço médio do quilo das mercadorias importadas do Japão pelo Brasil foi de US\$ 8,49 (*FOB*), ao passo que as mercadorias exportadas pelo Brasil para o Japão custaram US\$ 0,21 por quilo (*FOB*).

Foram os seguintes os dez principais itens exportados para o Japão em 2012: minérios de ferro não aglomerados (28,5%); miudezas de frango congelado (12,1%); milho em grão (10,2%), minérios de ferro aglomerados (8,9%); café não torrado (7,1%), alumínio bruto (5,4%); soja (3,7%); ferronióbio (2,3%); ferrosilício (1,9%); e suco de laranja congelado (1,6%). Segundo estudo da Universidade Sophia (Tóquio), realizado em 2010, há potencial de crescimento das exportações brasileiras nos setores de design e de produtos ecologicamente sustentáveis, como cosméticos e produtos medicinais e terapêuticos alternativos. Por sua vez, os dez principais produtos importados do Japão em 2012 foram: laminadores a quente e/ou frio (6,1%); automóveis entre 1500cc e 3000cc (6,1%); partes e acessórios para motocicletas (2,2%); outras caixas de marchas (1,9%); outras partes para motores de explosão (1,7%); outras partes e acessórios para automóveis (1,7%); cartuchos de revelador "toner" (1,6%); outras máquinas e aparelhos mecânicos (1,3%); outras partes e acessórios para tratores e automóveis (1,3%); e óleo diesel (1,2%).

Mecanismos institucionais na área de comércio e investimentos

O principal mecanismo bilateral em temas econômico-comerciais é o Comitê Conjunto de Promoção do Comércio, Investimentos e Cooperação Industrial, criado, em julho de 2008, por instrumento assinado durante visita ao Brasil do então Ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão (METI), Akira Amari. O mecanismo é presidido, do lado brasileiro, pelo Secretário-Executivo do MDIC e, do lado japonês, pelo Vice-Ministro para Assuntos Internacionais do METI. A primeira reunião do Comitê Conjunto ocorreu em fevereiro de 2009, em Brasília; a segunda, em setembro de 2009, em Tóquio; a terceira, em abril de 2010, em Brasília; a quarta, em novembro de 2010, em Tóquio; a quinta, em agosto de 2011, em Salvador; e a sexta, em novembro de 2012, em Tóquio. Prevê-se a realização da sétima sessão em setembro de 2013, em Belo Horizonte. Em visita ao Brasil (1º e 2 de maio de 2013) o titular do METI, Toshimitsu Motegi, assinou com o Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Memorando de Entendimento que deu a atual denominação ao mecanismo, antes chamado Comitê Conjunto de Promoção Comercial e Investimentos.

Na esfera empresarial, ressalta o Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, que congrega a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação dos Empresários do Japão ("Nippon Keidanren"). Atualmente, as reuniões do Comitê, também conhecido como Encontro CNI-Keidanren, são copresididas pelo Vice-Presidente da CNI, José Mascarenhas, e pelo *CEO* da Mitsui Corporation, Masami Iijima. A XV reunião foi realizada em Tóquio, em novembro de 2012, prevendo-se que a XVI edição ocorra em Belo Horizonte, em setembro de 2013.

Por fim, cabe destacar o Grupo de Notáveis Brasil-Japão, integrado por personalidades da vida civil dos dois países e destinado a elaborar análises e propostas para as relações bilaterais, com foco em comércio e investimentos. O Grupo tem como Presidente de Honra, do lado brasileiro, o Dr. Eliezer Batista e, como Presidente Executivo, o Dr. Carlos Mariani Bittencourt, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN. Participam também do lado brasileiro o ex-Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Roberto Rodrigues, e o Presidente da USIMINAS. Foram integrados ainda ao lado brasileiro o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, e o Presidente da VALE, Murilo Ferreira. Pelo lado japonês, compõem o "Grupo de Notáveis" os Presidentes da Nippon Steel Corp. (que o preside); Mitsui & Co.,Ltd.; Toyota Motor Corp.; e o Vice-Presidente do JBIC (Banco de Cooperação Internacional do Japão). A primeira sessão do Grupo ocorreu em novembro de 2005, no Rio de Janeiro, seguindo-se sessões conjuntas no Brasil e no Japão (Tóquio, em julho de 2006; São Paulo e Tóquio, em maio e julho de 2007, respectivamente).

Em 2006, o Grupo de Notáveis encaminhou relatório ao então Presidente Lula e ao então Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi, com propostas para o aprimoramento das relações bilaterais, por exemplo sobre perspectivas de incremento dos investimentos e do comércio bilateral. Em 2007, novo relatório foi preparado para o então Presidente Lula e o então Primeiro-Ministro Shinzo Abe (em sua primeira passagem pelo cargo). O Grupo de Notáveis foi recebido, em julho de 2007, pelo então Chanceler Taro Aso (atual Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças). Já em 19 de outubro de 2009, o Grupo manteve encontro, em São Paulo, com o então Presidente Lula. Prevê-se que, após a próxima reunião do Grupo (20 de agosto de 2013, no Rio de Janeiro), seus integrantes se desloquem a Brasília, para audiência com a Senhora Presidenta da República.

Abertura do mercado japonês à carne suína de Santa Catarina

Em 24 de maio de 2013, foi formalizada a conclusão do processo de abertura do mercado japonês à carne suína "*in natura*" procedente de Santa Catarina (Estado brasileiro que possui *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação), após 8 anos de negociações. Na mesma data, o Itamaraty divulgou Nota à Imprensa e enviou

Mensagens Oficiais aos três Senadores catarinenses, manifestando a "grande satisfação" do Governo brasileiro.

No início de junho de 2013, oito estabelecimentos brasileiros já foram autorizados a exportar carne suína para o Japão, país que é o maior importador desse produto no mundo (cerca de 780 mil toneladas em 2012). Estimativas preliminares do setor no Brasil preveem exportações anuais ao Japão de US\$ 200 milhões. A China foi o primeiro país a abrir o mercado para a carne suína catarinense (abril de 2011), seguida pelos EUA (janeiro de 2012).

Proposta de estabelecimento do Comitê Consultivo Agrícola Brasil-Japão

Em outubro de 2012, foi encaminhada ao Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca do Japão – MAFF - proposta brasileira, elaborada pelo MAPA, de Memorando de Entendimento para o estabelecimento do Comitê Consultivo Agrícola – CCA -, ainda sob análise do lado japonês. O CCA estabeleceria canal de diálogo técnico e político entre os dois países, com mecanismo de diálogo regular para o tratamento de temas da agenda agrícola bilateral. O Brasil mantém CCAs com diversos países, como EUA, Rússia, Coreia do Sul, Indonésia, Canadá, e outros.

Suspensão das importações de carne bovina termoprocessada oriunda do Brasil

Em 8 de dezembro de 2012, as autoridades sanitárias japonesas anunciaram a suspensão da importação de animais, embriões e produtos (carne, vísceras, produtos cárneos, inclusive processados) de origem bovina, ovina e caprina oriundos do Brasil. Segundo as autoridades sanitárias japonesas, a medida foi tomada com o objetivo de "proteger o Japão" contra a introdução do agente causador da encefalopatia espongiforme bovina (EEB), ou "doença da vaca louca", em razão de caso atípico dessa doença registrado no Paraná, comunicado pelo Brasil à Organização Mundial da Saúde Animal.

As medidas japonesas atingem, na prática, apenas as exportações brasileiras de carne bovina termoprocessada e derivados, visto que a carne bovina *in natura* não tem acesso ao mercado japonês. Segundo estimativas japonesas, antes das medidas restritivas, o Japão importava entre mil e 1,5 mil toneladas de derivados de carne bovina termoprocessada provenientes do Brasil, volume equivalente a cerca de 21% das compras japonesas desse produto.

Em 28 de maio de 2013, a Organização Mundial de Saúde Animal confirmou a manutenção do *status* sanitário do Brasil em relação à Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) como de "risco insignificante". Na mesma data, o Itamaraty emitiu Nota à Imprensa sobre o assunto. À época da proibição, as autoridades japonesas encaminharam questionário sobre risco de EEB no Brasil, o qual foi respondido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em abril de 2013, a Comissão de Sanidade Alimentar do Japão solicitou informações adicionais sobre o caso, que também já foram encaminhadas pelo Governo brasileiro.

Em 19 de junho, ocorreu sessão deliberativa da Comissão de Sanidade Alimentar japonesa para avaliar as informações prestadas pelo Brasil sobre o caso atípico de EEB ocorrido no Paraná. Conforme relato da Embaixada em Tóquio, aquele órgão não chegou a definição sobre o caso brasileiro e continuará a avaliar o tema. A Comissão informou, ainda, que comunicará oportunamente ao Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-estar do Japão sobre a necessidade ou não de solicitar mais informações ao Brasil.

Importação de produtos alimentícios do Japão

Após o acidente nuclear ocorrido no Japão em 2011, a ANVISA determinou, entre outras medidas, que a importação de alimentos de 12 províncias japonesas fosse feita mediante declaração das autoridades sanitárias japonesas de que os produtos não contenham níveis de radionuclídeos (iodo-131, cézio-134 e cézio-137) superiores aos limites definidos internacionalmente. Os principais parceiros comerciais do Japão também impuseram restrições similares aos produtos japoneses destinados a consumo humano. A medida adotada pelo Brasil visa a permitir a continuidade do comércio de produtos alimentícios, sem descuidar da segurança sanitária necessária à população brasileira consumidora desses produtos.

Publicada em dezembro de 2012, a Resolução nº 59/2012 da ANVISA resultou em significativo abrandamento dos controles, pois limitou as restrições às importações de produtos agrícolas japoneses apenas àqueles procedentes da Província de Fukushima, onde ocorreu o acidente nuclear de 2011. A Parte brasileira avalia tecnicamente, no momento, pedido japonês de remoção dessa última restrição.

De acordo com relatório de medidas restritivas aplicadas após o acidente nuclear, elaborado pelo MAFF, cerca de dez parceiros comerciais do Japão – entre eles, China, Coreia do Sul, Rússia, Cingapura, Taiwan e EUA – ainda proíbem a importação de produtos alimentícios provenientes não apenas de Fukushima, mas de várias outras províncias vizinhas. No que diz respeito à exigência de certificados e exames, 32 parceiros comerciais, além da União Europeia, preservam controles dessa natureza.

Diálogo Japão-MERCOSUL

Desde 2010, o Japão tem reiteradamente manifestado interesse em explorar a possibilidade de negociação de Acordo de Parceria Econômica com o MERCOSUL. Conforme indicado pelo lado japonês, o interesse renovado em aproximar-se do MERCOSUL inscreve-se no marco da estratégia econômico-comercial que se ampara em três objetivos: (i) promoção de acordos de livre comércio; (ii) exportação e importação de infraestrutura; e (iii) ênfase na "segurança econômica", por meio da garantia de fontes de abastecimento. O MERCOSUL figuraria, segundo avalia o Governo japonês, em posição favorável para atender aos três objetivos. Observe-se

que a política japonesa de integração econômica mediante a constituição de Acordos de Parceria Econômica combina, além da liberalização comercial, medidas bilaterais de fortalecimento institucional, em áreas como investimentos, política de concorrência, propriedade intelectual e recursos humanos.

O Governo japonês tem tomado outras iniciativas de aproximação com o MERCOSUL, como evidenciado pela presença do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Takeaki Matsumoto, na Cúpula do bloco, ocorrida em Assunção (29 de junho de 2011), a primeira participação daquele país asiático no evento. Naquela ocasião, Matsumoto propôs o lançamento de diálogo para o estreitamento das relações econômicas de seu país com o MERCOSUL, incluindo-se as vertentes de comércio, investimentos e intercâmbio de recursos humanos, e mencionou a importância dos países do Bloco como fornecedores de alimentos, energia e recursos minerais.

Em 1º de dezembro de 2011, MERCOSUL e Japão estabeleceram o mecanismo de “Diálogo para o Fortalecimento das Relações Econômicas entre o MERCOSUL e o Japão”, prevendo a realização de reuniões entre as partes. O mecanismo garante flexibilidade quanto ao formato, agenda, representação, resultados e frequência dos futuros encontros.

Durante a Presidência *Pro Tempore* do Brasil, realizou-se, em 1º de novembro de 2012, em Brasília, a primeira reunião do mecanismo de Diálogo para o Fortalecimento das Relações Econômicas e Comerciais MERCOSUL-Japão. A delegação japonesa foi chefiada pelo Diretor-Geral do Departamento da América Latina e Caribe do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, Embaixador Akira Yamada. Após a realização dessa primeira reunião MERCOSUL-Japão em Brasília, caberá ao lado japonês sugerir a data para o próximo encontro.

Por ocasião da Cúpula do MERCOSUL realizada em Brasília (em 7 de dezembro de 2012), os Presidentes dos Estados Partes, em Comunicado Conjunto, "tomaram nota, com satisfação, da Reunião do Diálogo para o Fortalecimento das Relações Econômicas entre o MERCOSUL e o Japão" e "manifestaram seu interesse em dar sequência aos entendimentos com o Japão, com vistas a promover as relações econômicas entre os Estados Partes do MERCOSUL e aquele país asiático".

De modo geral, os sócios do MERCOSUL não têm manifestado dificuldades em prosseguir com o Diálogo com o Japão, desde que não prejudique compromissos de negociações comerciais. Tendo presente o atual foco do Brasil nas negociações com a União Europeia e, possivelmente, com o Canadá, pareceria conveniente manter o relacionamento com o Japão no nível de Diálogo, antes de examinar a possibilidade de negociações comerciais.

Na ótica japonesa de integração econômica, a constituição de Acordos de Parceria Econômica vai além da liberalização comercial e se coaduna com medidas bilaterais de fortalecimento institucional, em áreas como investimentos, política de concorrência, propriedade intelectual e recursos humanos. O Japão tem, atualmente,

treze Acordos de Parceria Econômica firmados (destaque para o Acordo firmado com a Índia, em vigor desde agosto de 2011), que cobrem 18% do comércio exterior do país.

Na América Latina, o Japão já assinou Acordos de Livre Comércio com México (em vigor desde abril/2005); Chile (em vigor desde março/2007); e Peru (em vigor desde março/2012). Em 17 de dezembro de 2012, ocorreu a primeira rodada de negociações de Acordo de Parceria Econômica Japão-Colômbia, após relatório favorável sobre o tema, elaborado por grupo de estudo conjunto. Já em 20 de maio de 2013, ocorreu a segunda rodada de negociações, na cidade colombiana de Cáli.

Fora da América Latina, destacam-se os entendimentos comerciais em curso entre o Japão e a União Europeia (primeira rodada de negociações do Acordo de Parceria Econômica realizada entre 15 e 19 de abril de 2013; segunda rodada entre 24 de junho e 3 de julho; terceira rodada prevista para outubro de 2013), a Austrália (as negociações iniciadas em 2007 estariam em vias de conclusão) e o Canadá (terceira rodada em julho de 2013).

Por fim, merece destaque a proposta japonesa de dialogar com a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), organismo que reúne todos os 33 países da América Latina e do Caribe.

Durante visita ao México (abril de 2013) o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Fumio Kishida, sugeriu a realização, ainda em 2013, de reunião com os Chanceleres dos países-membros da CELAC. O objetivo seria promover a cooperação em temas como mudança do clima e desenvolvimento, desarmamento e não proliferação, e reforma das Nações Unidas.

Negociações com blocos econômicos:

1. "Parceria Econômica Compreensiva Regional"

O Japão participou do recente lançamento e negociações com vistas a criar a chamada "Parceria Econômica Compreensiva Regional" (RCEP, da sigla em inglês), acordo de livre comércio com formalização prevista para 2015 entre 16 países (os dez membros da ASEAN – Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia e Vietnã – somados a Austrália, China, Coreia do Sul, Japão, Índia, e Nova Zelândia), cujo PIB total alcança US\$ 19,8 trilhões, equivalentes a 30% do total mundial. A primeira rodada de negociações da Parceria Econômica Regional Abrangente ocorreu de 9 a 13 de maio de 2013, em Brunei.

2. União Europeia

Há ainda tratativas em curso entre o Japão e a União Europeia. Em novembro de 2012, foi aprovado mandato negociador à Comissão Europeia com vistas um possível Acordo de Parceria Econômica Japão-União Europeia. De 15 a 19 de abril de 2013, ocorreu, em Bruxelas, a primeira rodada de negociações do Acordo Japão-União Europeia, seguindo-se a segunda rodada entre 24 de junho e 3 de julho, em Tóquio. A terceira rodada, a ser realizada em Bruxelas, deverá ocorrer em 21 de outubro de 2013. O volume total das trocas entre a União Europeia e o Japão é da ordem de 120 bilhões de euros anuais, o que, segundo avaliações do lado europeu, estaria muito abaixo de seu potencial. A Comissão Europeia estima que a implementação de um acordo comercial abrangente com o Japão poderá promover crescimento do PIB europeu entre 0,6% a 0,8% e gerar 400 mil empregos na UE, em decorrência de projetado aumento de 32,7% das exportações europeias para o mercado japonês (as exportações japonesas para a União Europeia cresceriam 23,5%, segundo aquela Comissão).

3. "Parceria Transpacífica"

Austrália, Brunei, Chile, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Cingapura, Vietnã, Canadá e EUA negociam, desde 2010, uma chamada "Parceria Transpacífica", com vistas à liberalização do comércio entre países americanos e asiáticos com costas para o Oceano Pacífico.

Desde 2010, os Governos japoneses vinham relutando em sequer aceitar convites para assistir às negociações entre os países proponentes da Parceria Pacífica – cuja proposta de livre comércio era vista com desconfiança por parte significativa da população, dos políticos e, sobretudo, do setor agrícola do Japão.

Em 15 de março de 2013, após, anos de hesitação por parte de seus antecessores, o Primeiro-Ministro Shinzo Abe formalizou o interesse japonês em aderir às negociações da Parceria Transpacífica. De acordo com pesquisa de opinião realizada em abril de 2013, 60% da população japonesa aprova o ingresso do país na Parceria Transpacífica (contra 52% em fevereiro deste ano).

Resultados preliminares de estudo do Governo japonês estimam que a Parceria Transpacífica poderia adicionar 0,5% de crescimento ao PIB do Japão. Os benefícios oriundos do aumento das exportações, segundo esse estudo, seriam consideravelmente superiores ao impacto negativo da liberalização comercial no setor agrícola japonês. Em 2012, no comércio com os países que já integram a Parceria Transpacífica, o Japão foi superavitário, exportando 18,9 trilhões de ienes (US\$ 236,4 bilhões pela cotação média do ano) e importando 18,2 trilhões de ienes (US\$ 227,6 bilhões).

Investimentos

De acordo com dados do BACEN, o Japão foi, em 2011, a 4ª maior fonte de investimento estrangeiro direto (IED) no Brasil, com aumento de 200% no fluxo anual (de US\$ 2,5 bilhões em 2010 para US\$ 7,5 bilhões em 2011, montante que corresponde a 10,8% do IED total recebido pelo País), situando-se atrás apenas de Países Baixos (25,3% do IED), EUA (12,8%) e Espanha (12,4%). Já em 2012, o Brasil recebeu fluxo de US\$ 1,47 bilhão em IED japonês (10ª maior fonte; 2,4% do IED total). Observe-se que, em 2012, os investimentos diretos externos do Japão, segundo país na classificação como origem de fluxos internacionais de IED, somaram US\$ 122 bilhões, um recorde no pós-crise de 2008.

O Japão desempenhou papel muito importante na industrialização brasileira, em setores como mineração, siderurgia, automóveis, eletroeletrônico, papel e celulose, além da cooperação em agricultura (com destaque para o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que revelou a vocação agroexportadora do Centro-Oeste, ao – entre outros projetos – desenvolver variedade de soja adaptada ao cerrado). As décadas de 60 e 70 marcaram o auge dos investimentos industriais japoneses (por empresas como Toshiba, Sharp, Sony, Honda, Toyota, Yamaha e outras), além de investimentos em mineração (Projeto Carajás; Albrás), siderurgia (USIMINAS; Usina de Tubarão) e em papel e celulose (CENIBRA). Durante as décadas de 80 e 90, houve significativa retração dos investimentos, devido a dificuldades econômicas de lado a lado.

Em anos recentes, houve renovado interesse das empresas japonesas em investir no Brasil. Estima-se que, atualmente, há cerca de 250 empresas japonesas em atividade no Brasil, em setores diversos. Merecem destaque as chamadas "*tradings*" (tais como Mitsui & Co.,Ltd.; Itochu; Marubeni; Sumitomo; Mitsubishi; e Sojitz), que mantêm importantes e crescentes investimentos produtivos no Brasil, em áreas como mineração, siderurgia, indústria automotiva, eletroeletrônicos, papel e celulose, agronegócio, químicos e plásticos, têxteis, e outros.

Muitos analistas preveem a continuidade da expansão internacional das companhias japonesas, tendência favorecida por amplos recursos no caixa das companhias japonesas, assim como pelo encolhimento da população e do mercado doméstico. Na falta de oportunidades de negócios internas, as firmas japonesas de capital aberto acumulam cerca de US\$ 732 bilhões em caixa, disponíveis para investimentos. Possuem também acesso a financiamentos a custo muito baixo, oferecidos pelos megabancos nacionais. Analistas estimam que os fluxos de investimento estrangeiro direto do Japão seguirão favorecendo destinos tradicionais, como EUA e Europa, mas também passarão a privilegiar crescentemente economias dinâmicas no Sudeste Asiático e na América Latina.

Em pesquisa, divulgada em janeiro de 2013, do "Japan Institute for Overseas Investment" (JOI), em parceria com o "Japan Bank for International Cooperation"

(JBIC) sobre as atuais tendências e perspectivas das operações internacionais da indústria japonesa, o Brasil posiciona-se em 6º lugar na lista de países considerados mais promissores para investimentos no médio prazo (5º lugar no estudo divulgado em junho de 2012). O estudo JOI/JBIC, fundamentado em respostas fornecidas por 600 empresas japonesas, mostra que o empresariado japonês é atraído pelo Brasil, principalmente, pelo potencial de crescimento do mercado doméstico (90% das respostas). Dentre as empresas japonesas consultadas na pesquisa, pouco mais de 10% responderam ter filial no Brasil, atuando no mercado mediante produção local e/ou vendas.

Por conseguinte, há perspectivas promissoras de incremento dos investimentos japoneses no Brasil. Esperamos um novo ciclo de investimentos produtivos por empresas japonesas, sobretudo em setores de alta tecnologia, em infraestrutura (inclusive com vistas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016) e em setores ligados à exploração da camada pré-sal (indústria naval e de fibra de carbono).

Indústria naval

Favorecem novos investimentos no setor naval as condições macroeconômicas do Brasil e, sobretudo, as perspectivas de exploração das reservas do pré-sal, as projeções de demanda por petróleo e gás, o plano de investimento da Petrobras (o maior do mundo para os próximos 5 anos, com US\$ 240 bilhões) e a meta de aumento da produção de petróleo em nosso país de 2 milhões de barris por dia atualmente para 6 milhões até 2020, o que elevará a demanda da Petrobras por novos equipamentos.

O pioneirismo japonês no setor naval e as condições favoráveis do Brasil poderiam conjugar-se em benefícios mútuos. Trata-se de uma área com histórico de longo e frutífero relacionamento com a indústria japonesa, que poderia ser renovado e reforçado. Empresas japonesas do setor de construção naval têm demonstrado interesse em investir e transferir tecnologia para o Brasil, objetivo em torno do qual têm realizado estudos conjuntos com o Banco de Cooperação Internacional do Japão (JBIC).

É importante ressaltar a importância dos investimentos de empresas japonesas no setor naval, visto que se revela muito positiva a disposição que têm demonstrado em contribuir para o desenvolvimento da indústria de construção naval do Brasil, especialmente diante das promissoras perspectivas da exploração da camada pré-sal (segundo as mais recentes estimativas, há reservas de aproximadamente 35 bilhões de barris de petróleo).

Em maio de 2012, o Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, visitou Tóquio (a par de nova visita em novembro de 2012), ocasião em que manteve encontros com diversas autoridades japonesas e empresários. A visita ocorreu logo após a conferência "Invest in Brazil" (28 de maio

de 2012), organizada pela Embaixada em Tóquio em parceria com a “Nikkei Business Publications”, e que contou com palestras de atores relevantes do Governo e do empresariado dos dois países, resultando em perspectivas promissoras de incremento dos investimentos japoneses no Brasil. Em 29 de maio de 2012, durante encontro com o Ministro da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo, o MDIC frisou que, nos próximos anos, o Brasil precisará de 500 embarcações, incluindo navios de grande porte, embarcações de apoio e sondas de perfuração. Ao final da reunião, os dois Ministros assinaram um Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo de Tecnologia e Indústria Marítima.

No contexto da visita da Presidenta Dilma Rousseff ao Japão, que estava prevista para ocorrer nos dias 27 e 28 de junho de 2013, a Parte japonesa propôs a assinatura, juntamente com o Primeiro-Ministro Shinzo Abe, de Memorando de Entendimento na Área de Construção Naval. O instrumento – que reproduzia em grande medida aquele firmado pelo MDIC em 2012 – tinha como objetivo evidenciar, no mais alto nível político, a elevada importância atribuída à cooperação no setor de construção naval. De acordo com a avaliação brasileira, caso a visita houvesse ocorrido, o instrumento deveria ser firmado pelo MDIC e a autoridade ministerial japonesa, na presença da Presidenta Dilma Rousseff e do Primeiro-Ministro Abe.

Recorde-se, a propósito, que, entre 5 e 7 de novembro de 2011, o então Presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, visitou o Japão, com o objetivo de buscar novos parceiros e consolidar relações com investidores que possam participar dos projetos da empresa nos próximos anos, para os quais serão necessários portos, aeroportos, plataformas de perfuração, plataformas de produção, embarcações de apoio e outros equipamentos e maquinário. Essa demanda por infraestrutura deve gerar inúmeras oportunidades de negócios, tanto para os investidores financeiros como para aqueles com interesse na cadeia de suprimento de insumos e equipamentos industriais.

Nesse sentido, grandes empresas japonesas têm demonstrado interesse em investir em estaleiros ligados à exploração da camada pré-sal brasileira.

O Presidente da IHI Corporation (denominada Ishikawajima-Harima Heavy Industries até 2007), Tamotsu Saito, ao integrar a delegação empresarial que acompanhou a visita ao Brasil do Ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão, Toshimitsu Motegi (1º e 2 de maio de 2013), anunciou que sua empresa adquiriria capital social do Estaleiro Atlântico Sul (instalado no Complexo Industrial Portuário de Suape-PE), somando-se aos atuais sócios brasileiros (Camargo Corrêa e Queiroz Galvão). Em 27 de junho de 2013, consórcio japonês formado pela IHI Corporation, pela Japan Gasoline Company e pela Japan Marine United Corporation formalizaram a aquisição, por R\$ 207 milhões, de 25% do capital acionário do EAS. Recorde-se que, em junho de 2012, o EAS havia assinado contrato de parceria tecnológica com a IHI Marine United Inc.(IHIMU). A IHIMU foi estabelecida como estaleiro consultor do EAS, para prestar serviços de consultoria técnica de operações

para todas as embarcações produzidas naquele estaleiro brasileiro, incluindo navios sondas.

Em maio de 2012, a Kawasaki Heavy Industries Ltd. anunciou a aquisição, por valor estimado em 3 bilhões de ienes (cerca de US\$ 37,5 milhões), de 30% de participação no capital do Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A., estabelecido, pelas companhias brasileiras Odebrecht, OAS e UTC em 2010. Com a experiência e transferência de tecnologia do parceiro japonês, o EEP atuará na construção e integração de unidades "offshore", como plataformas, navios especializados e unidades de perfuração. O estaleiro está sendo construído no município de Maragojipe, a cerca de 40 km de Salvador (BA). Prevê-se que sejam gerados 3 mil empregos diretos durante a construção e 5 mil após a entrada em operação (prevista para 2014), além de 10 mil postos de trabalho indiretos.

Já as empresas Mitsui & Co.,Ltd., Mitsui O.S.K.Lines Ltd. e Marubeni Corp. anunciaram, em abril de 2012, a assinatura de contrato de operação de unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência (FPSO, na sigla em inglês) em área do pré-sal brasileiro (Cernambi Sul do bloco BM-S-11). A FPSO será desenvolvida pela "Modec Inc.", empresa vinculada ao Grupo Mitsui e especializada na construção de unidades flutuantes e de exploração de gás e petróleo. O custo do projeto é estimado em 100 bilhões de ienes (cerca de US\$ 1,22 bilhão). A unidade flutuante está programada para iniciar suas operações em 2014 e terá potencial de produção diária de 150 mil barris de petróleo bruto e 280 milhões de metros cúbicos de gás natural. A unidade possuirá capacidade de armazenamento de petróleo de cerca de 1,6 milhão de barris.

Em fevereiro de 2013, as empresas IHI Corp.,Mitsubishi Heavy Industries, Kawasaki Heavy Industries, Japan Maritime United Corp., Mitsui Engineering & Shipbuilding e NYK Line formaram consórcio, para desenvolver estrutura "offshore" de grande dimensão ("megafloat") capaz de abrigar até 200 trabalhadores de plataformas petrolíferas. O consórcio pretende apresentar o projeto a firma parceira do Brasil, cujo nome ainda não foi revelado, que participaria de futura licitação para tal projeto. Ancorada ao fundo do mar, a "megafloat", com dimensão de 315 m por 80 m, situar-se-ia a 200 km da costa brasileira e serviria de alojamento para os trabalhadores, reduzindo a dependência de transporte marítimo ou por helicóptero entre o continente e as plataformas de produção de petróleo e gás. O Governo japonês pretende oferecer 1,45 bilhão de ienes (US\$ 15,5 milhões) em subsídios, ao longo de três anos, para o projeto.

Por fim, no campo da cooperação técnica bilateral, há disposição japonesa a prestar cooperação técnica ao Brasil na formação de recursos humanos na indústria naval, entre outros ramos da indústria brasileira. Do lado brasileiro, espera-se que "expertise" japonesa contribua para o desenvolvimento do enorme potencial brasileiro no setor naval. Estão em curso entendimentos entre a JICA, a Agência

Brasileira de Cooperação (ABC) e o MDIC com o objetivo de concretizar projetos específicos nessa área.

Jatos regionais da Mitsubishi Heavy Industries

A Mitsubishi Heavy Industries tem desenvolvido a linha de jatos regionais MRJ ("Mitsubishi Regional Jet"), com capacidade de 70-90 passageiros, aeronave que concorrerá diretamente com modelos da EMBRAER. O lançamento oficial do projeto ocorreu em 28 de março de 2008, após a confirmação de compra pela All Nippon Airways de 15 aeronaves, com opção de compra de mais 10.

O projeto da nova aeronave deverá contar com significativo apoio oficial do Governo japonês. O Ministério de Economia, Comércio e Indústria do Japão (METI) deverá fornecer cerca de US\$ 500 milhões, o que corresponderia a um terço do custo total de desenvolvimento da aeronave. O Governo brasileiro tem acompanhado atentamente o apoio oficial concedido pelo Governo japonês ao projeto de jato regional da Mitsubishi Heavy Industries. O Brasil tem feito reiteradas gestões a esse respeito junto ao Governo japonês.

Participação de empresas japonesas na licitação do Trem de Alta Velocidade

Espera-se que a recente reformulação do processo de licitação do Trem de Alta Velocidade, com uma primeira fase para licitação do fornecimento da tecnologia (material rodante) e da operação do sistema, e uma segunda fase para licitação do fornecimento da infraestrutura (contratação da obra) permita uma reavaliação dessa oportunidade de negócio pelas empresas. Foi realizada uma série de Audiências Públicas, em setembro de 2012, a fim de obter subsídios e informações adicionais dos interessados para o aprimoramento das minutas do edital e do contrato de concessão. O novo edital (1ª fase da licitação, referente ao material rodante) foi publicado em 13 de dezembro de 2012. A apresentação das propostas está prevista para 13 de agosto de 2013, seguindo-se o leilão em 19 de setembro de 2013.

O Japão detém avançada tecnologia na operação do seu sistema de trem de alta velocidade ("Shinkansen"). A Presidenta Dilma Rousseff, particularmente, atribui grande importância à participação de consórcio japonês na licitação do Trem de Alta Velocidade, por reconhecer a experiência japonesa, tanto no desenvolvimento de tecnologias, quanto na operação desse tipo de transporte, que conheceu *in loco* quando visitou o Japão em 2005 e 2008. As empresas japonesas Mitsui, Toshiba, Hitachi e Mitsubishi, sozinhas ou em parcerias, já manifestaram interesse em participar da licitação.

Setor de fibra de carbono

O Governo brasileiro tem interesse em que sejam formadas parcerias entre empresas brasileiras e japonesas no setor de produção de fibra de carbono (previsão de demanda crescente, em razão da exploração do pré-sal). As empresas Braskem

(Brasil) e Toray (Japão), com vistas a um empreendimento comum, estão conduzindo estudo de viabilidade, cuja conclusão seria apresentada ao METI (Ministério da Economia, Comércio e Indústria) durante futura visita do Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ao Japão, juntamente com a solicitação brasileira de autorização do Governo japonês para transferência de tecnologia. Na última reunião com o Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Tóquio, 6 de novembro de 2012), o então Ministro titular do METI, Yukio Edano, manifestou disposição favorável no sentido de viabilizar essa potencial parceria empresarial nipo-brasileira.

Cooperação JBIC-BNDES

O Japan Bank for International Cooperation (JBIC), importante instrumento de política externa japonesa no setor econômico-financeiro, é um banco governamental cujo objetivo é fornecer apoio para o investimento externo e o comércio internacional das empresas japonesas. Atualmente, é o principal financiador dessa atuação externa.

O JBIC financiou grande parte dos investimentos produtivos realizados por empresas japonesas nas décadas de 1960 e 1970, período em que houve grande expansão das inversões japonesas no Brasil. Ademais, o JBIC contribuiu para o financiamento de diversos projetos significativos, como a exploração de petróleo e gás pela Petrobrás; a exploração de minério de ferro em Carajás; a construção da Linha 4 do Metrô de São Paulo; a aquisição de equipamentos pela Usiminas; e a construção do gasoduto Brasil-Bolívia.

Atualmente, o Brasil ocupa a segunda posição na carteira de investimentos do JBIC (atrás apenas da Indonésia), visto que o estoque de crédito daquele Banco para o País atinge aproximadamente US\$ 7,2 bilhões, perfazendo financiamentos acumulados da ordem de US\$ 37 bilhões (dados de outubro de 2012).

Vale destacar que, em junho de 2011, esteve no Japão o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, ocasião em que foi firmado Memorando de Entendimento com o JBIC (para ampliação da cooperação financeira entre as duas instituições, cuja parceria completou 50 anos em 2012). Esse instrumento define os parâmetros para a concessão, pelo BNDES, de empréstimos voltados para projetos de infraestrutura de que participem empresas japonesas, principalmente no setor de transportes. O JBIC deverá alocar cerca de US\$ 3 bilhões para esse programa. Avalia-se que a iniciativa entre esses dois bancos no sentido de oferecer opção para empréstimo denominado na moeda brasileira minimiza o risco cambial dos investimentos, estimulando-os.

Em março de 2011, o então Presidente do JBIC, Hiroshi Watanabe (atual "CEO" daquele banco), declarou ao Embaixador do Brasil em Tóquio que, para a instituição, o Brasil tornara-se "prioridade número um", e que o JBIC assumiria a "coordenação financeira" do crescente interesse do empresariado japonês pelo País. Já em março de 2012, foi assinado Memorando de Entendimento BNDES-JBIC para

cooperação no financiamento de empreendimentos em terceiros países (África, América do Sul e América Central). O JBIC tem manifestado interesse em fortalecer o diálogo com o Governo brasileiro (objeto do Memorando de Entendimento assinado com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão em novembro de 2011) e, particularmente, intensificar a cooperação financeira com o BNDES.

Investimentos brasileiros no Japão

Com relação aos investimentos brasileiros no Japão, a Petrobras adquiriu, em 2007, a refinaria "Nansei-Sekiyu" em Okinawa, que detém cerca de 60% de participação do mercado de combustíveis dessa província. Destaque-se, também, a *joint venture* "Brazil-Japan Ethanol Co. Ltd.", estabelecida entre a Petrobras e a Japan Ethanol Trading Co., maior importadora de álcool anidro do Japão.

Na área de software, já existem empresas brasileiras do setor atuando no Japão (destaca-se a *joint venture* "Ci&T Pacific", constituída entre a empresa brasileira Ci&T e a japonesa Rococo Co., com foco em serviços de Tecnologia da Informação), as quais têm interesse em vender serviços de tecnologia da informação a empresas japonesas ou com elas constituir novas *joint ventures*. Nesse esforço de identificação de parcerias, a SOFTEX (Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro, que reúne desenvolvedores brasileiros de software), tem recebido apoio do Itamaraty, da Apex Brasil e do MCTI.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Cooperação bilateral em CT&I

A cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) constitui ponto fundamental de agenda bilateral, no qual se pode desenvolver uma parceria muito frutífera, ao ser explorado o grande potencial existente, beneficiando tanto o Brasil quanto o Japão. Como mencionado, há grande potencial de expansão da cooperação nipo-brasileira em Ciência, Tecnologia e Inovação. Existem importantes iniciativas em curso nas áreas de TV digital; oceanografia e ciências do mar; biotecnologia; ciências médicas; nanotecnologia; e novos materiais. Revelam-se, ainda, grandes oportunidades por explorar nos campos de satélites e tecnologia espacial; semicondutores; energia nuclear; e tecnologia da informação e comunicação (TICs).

Comitê Conjunto de CT&I

Será realizada no Japão, no segundo semestre de 2013, a IV reunião do Comitê Conjunto Brasil-Japão de CT&I. A II e a III reuniões foram realizadas em 2009 e 2010, respectivamente, após hiato de 24 anos. Na III Reunião, foram realizadas sessões de trabalho temáticas em sete subgrupos: a) Biotecnologia, Biomassa e

Agricultura; b) Nanotecnologia; c) Computação de Alto Desempenho; d) Espaço; e) Geologia e Mineração; f) Petróleo, Gás e Energias Renováveis; e g) Ciências do Mar. Após debates e discussões em cada um dos subgrupos, foram elaborados programas de trabalho a serem indicativamente adotados pelas partes, que constituiriam plano de trabalho da cooperação bilateral para o biênio 2011-2012.

Embrapa (LABEX)

A Embrapa e o Centro Internacional Japonês para Pesquisas em Ciências Agrícolas (JIRCAS) assinaram, em 22 de agosto de 2012, acordo de criação do Labex Japão, o quinto Laboratório Virtual da Embrapa no exterior (além de EUA, Europa, China e Coreia do Sul). A criação do Labex Japão vai aprofundar a cooperação científica entre a Embrapa e o JIRCAS, que perdura desde 1995. O centro japonês disponibilizará à Embrapa suas instalações em Tsukuba, polo tecnológico próximo a Tóquio, bem como apoio logístico para o desenvolvimento de projetos de pesquisa de interesse comum. Prevê-se que o Labex Japão entrará em funcionamento no 2º semestre de 2013. Atualmente, a EMBRAPA e o JIRCAS desenvolvem dois projetos de pesquisa conjunta: "Desenvolvimento de Tecnologia de Engenharia Genética para culturas com tolerância à degradação do Meio Ambiente Global" (ênfase em soja geneticamente modificada com grande resistência contra secas) e "Desenvolvimento de tecnologias de cultivo para melhoramento da produção e oferta estável de culturas em altitude".

SATREPS

Cabe sublinhar os resultados positivos gerados pelo programa “Parceria em Pesquisa Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento Sustentável” (SATREPS), o qual contribuiu para a formação de redes em ciência, tecnologia e inovação entre instituições e pesquisadores brasileiros e japoneses com vistas ao desenvolvimento sustentável de ambos os países. Trata-se de mecanismo de cooperação de visível impacto para as relações bilaterais. O Programa SATREPS, instituído pelo Governo japonês em 2008, contempla projetos e programas conjuntos com países em desenvolvimento nas áreas de meio ambiente, energia, prevenção de desastres naturais e controle de doenças contagiosas. No Brasil, as iniciativas são coordenadas pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e preveem, além das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) conjuntas, intercâmbio de estudantes e pesquisadores e aquisição de equipamentos do Japão.

Ciências do Mar e Oceanografia

Na área de Ciências do Mar, a parceria com a “Japan Agency for Marine-Earth Science and Technology” (JAMSTEC) poderá fortalecer o sistema brasileiro de pesquisa e desenvolvimento nesse campo, tendo em vista, principalmente, a vinda à

costa brasileira (expedição científica "Iatá-Piúna"), entre 5 e 31 de maio de 2013, do navio Yokosuka e do submarino Shinkai-6500, para realização de atividades de pesquisa conjunta. Essa iniciativa tem como objetivo pesquisar ambientes quimiossintéticos no Atlântico Sul, realizar estudos geológicos nas regiões de mergulho, promover intercâmbio de pesquisadores, capacitar recursos humanos, promover atividades de popularização, divulgação e difusão da ciência, e deverá desdobrar-se em contínua cooperação bilateral na área de ciências do mar.

Cooperação espacial

O Presidente da Agência Espacial Brasileira – AEB -, Dr. José Raimundo Braga Coelho, participou da edição de 2012 do STS Forum (IX edição, Quioto, 7-9/out/2012). Na ocasião, manteve vários encontros com autoridades do Governo e de empresas japonesas para discutir o futuro da cooperação acadêmica e industrial em temas espaciais. Em suas conversas com o lado japonês, ressaltou que o Brasil tem grande interesse em participar do programa UNIFORM (*University International Formation Mission*, que reúne universidades japonesas para desenvolver constelações de pequenos satélites), e recordou que o programa Ciência Sem Fronteiras destinará um mínimo de 50 vagas para intercâmbio de pesquisadores em engenharia espacial. Ademais, às empresas Mitsubishi e NEC, o Presidente da AEB destacou que Brasil está desenvolvendo atualmente seu primeiro satélite geoestacionário, voltado a atividades de defesa e banda larga para Internet, e convidou as empresas japonesas a investirem e participarem do desenvolvimento de nossa indústria espacial. Por fim, o Presidente da AEB manifestou o interesse do Brasil em estabelecer diálogo sobre cooperação bilateral na área espacial para prevenção de desastres naturais.

Em março de 2013, o Japão manifestou interesse em dar início a mecanismo de "Diálogo Político Bilateral sobre Cooperação Espacial". No dia 18 de abril subsequente, foi realizada reunião técnica na Agência Espacial Brasileira (AEB) com delegação japonesa, chefiada por Hirotohi Kunitomo, Diretor do Escritório Nacional de Política Espacial, criado em julho de 2012, e que tem entre suas atribuições a coordenação de investimentos japoneses na construção e lançamento de satélites, bem como a autorização para a exportação de bens com tecnologia espacial. Na ocasião, foram discutidas possíveis áreas de cooperação, com ênfase na utilização de satélites na prevenção de desastres naturais. Foi examinada, ademais, a possibilidade de intercâmbio de especialistas, técnicos e engenheiros da área espacial. As duas Chancelarias deverão acordar data propícia para a realização da primeira reunião do "Diálogo Político sobre Cooperação Espacial".

Bionanotecnologia e Ciências da Vida

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Sociedade Japonesa para a Promoção da Ciência (JSPS) lançaram, em julho de 2012, seu segundo edital conjunto. O CNPq e a Agência Japonesa de Ciência e Tecnologia

(JST) estão negociando a realização de "workshop" preparatório para lançamento de edital conjunto em bionanotecnologia. O primeiro edital versou sobre energia e biomassa.

Merecem destaque, também, os avanços da cooperação em biotecnologia com o Japão, do que é exemplo a parceria estabelecida entre a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e o Instituto Kitasato, com objetivo de realizar atividades conjuntas de capacitação, pesquisa e desenvolvimento na área de biotecnologia aplicada à saúde. Em novembro de 2010, foi assinado Memorando de Entendimento entre a FIOCRUZ e o Instituto Kitasato, para desenvolvimento conjunto de fármacos, com foco na área de doenças negligenciadas (doenças que prevalecem em condições de pobreza), além de pesquisa conjunta sobre compostos bioativos de origem microbiana, promovendo a capacitação de recursos humanos, a transferência de tecnologia e o intercâmbio de pesquisadores entre as duas instituições.

Computação de Alto Desempenho

Persiste o interesse brasileiro em intensificar cooperação na área de computação de alto desempenho com o Japão, tendo em vista a capacitação de recursos humanos na área, o desenvolvimento tecnológico voltado para o gerenciamento de grandes sistemas e o uso de computação de alto desempenho para modelagem e monitoramento de mudanças climáticas. O subgrupo da área de Computação de Alto Desempenho não definiu atividades específicas para o biênio 2011-2012, durante a III Reunião do Comitê Conjunto de CT&I, mas deverá, na IV Reunião, estabelecer plano de trabalho bienal para cooperação nas áreas supracitadas.

Programa Ciência sem Fronteiras

O Japão, por sua elevada capacidade tecnológica, pode contribuir significativamente para a formação de recursos humanos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Brasil, o que torna muito promissora a participação daquele país no Programa Ciência sem Fronteiras, que prevê o custeio, até 2015, de 101 mil bolsas de estudos no exterior para estudantes brasileiros de graduação, doutorado e pós-doutorado, para áreas diversas de engenharia e tecnologia.

O Governo japonês tem demonstrado grande interesse em receber estudantes e pesquisadores brasileiros no Japão, no âmbito do referido Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). Após a assinatura, em 31 de julho de 2012, do Memorando de Entendimento entre a CAPES e a Japan Student Services Organization (JASSO), 27 bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras já foram implementadas no Japão, a maioria para doutorado (13) e pós-doutorado (5). O primeiro edital específico para o preenchimento de vagas em universidades japonesas foi lançado em novembro de 2012. Os 47 bolsistas aprovados nesse processo deverão chegar ao Japão em setembro próximo.

O Governo japonês tem a meta de oferecer 1.300 vagas por ano para estudantes e pesquisadores brasileiros. Projeto do Governo japonês intitulado "Global 30" pretende atrair para o Japão, até 2020, 300 mil estudantes estrangeiros, e favorece ainda mais as perspectivas do CsF no país.

Vale ressaltar que empresas japonesas têm disponibilizado vagas de estágio para bolsistas do CsF. Na área de construção naval, as empresas Kawasaki Heavy

Industries e Mitsubishi Heavy Industries oferecem estágio para estudantes brasileiros em seus estaleiros, em convênio com a Universidade de Tóquio. Entre as demais empresas ofertantes de estágio destacam-se: Toyota, Sony, Panasonic, Toshiba, Mitsui e Toyo Engineering.

Como etapa preliminar para a implementação do CsF no Japão, foi enviada missão CAPES/CNPq àquele país em maio de 2012, seguindo-se missão japonesa a Brasília em junho daquele ano. Já no período entre 30 de julho e 3 de agosto de 2012, realizou-se missão brasileira do programa Ciência sem Fronteiras ao Japão, chefiada pelo Presidente da CAPES, Jorge Guimarães, e integrada por representantes de instituições de ensino superior brasileiras e do Itamaraty. Em abril de 2012, a Organização Japonesa de Apoio aos Estudantes (JASSO) foi escolhida como ponto focal para a implementação do CsF no Japão, em coordenação com o Gaimusho e o (Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia do Japão). A JASSO foi estabelecida como contraparte da CAPES e do CNPq para a implementação do CsF nos níveis de graduação e de doutorado, ao passo que, para nível de pós-doutorado, as agências brasileiras deverão iniciar tratativas com a “Japan Society for the Promotion of Science”.

Dentre as instituições de ensino japonesas que abriam vagas para o CsF, cabe desatacar: Universidade de Tóquio; Instituto de Tecnologia de Tóquio; Universidade Waseda; Universidade de Yokohama; Universidade de Tsukuba; Universidade de Quioto; Universidade de Osaka; Universidade de Nagoia; Universidade de Kyushu; Universidade de Hokkaido; Universidade de Tohoku; Instituto Tecnológico de Shibaura; e o Instituto RIKEN de P&D (Kobe), onde se localiza o "Supercomputador Kei".

TV Digital

A parceria com o Japão em TV digital, mantida desde abril de 2006 (assinatura do “Memorando entre Brasil e Japão para implementação do Sistema Brasileiro de TV Digital e Cooperação para o Desenvolvimento da Indústria Eletrônica Brasileira”), propiciou desenvolvimento de um sistema de transmissão nipo-brasileiro (ISDB-T).

Esse sistema já foi adotado por todos os países da América do Sul, exceto Guiana (que ainda não formalizou escolha por nenhum sistema) e Colômbia (que adotou o padrão europeu DVB-T em agosto de 2008 e iniciou as transmissões de TV digital em dezembro de 2010). Fora da América do Sul, Botsuana, Costa Rica e Guatemala já aderiram ao padrão nipo-brasileiro. Estão sendo realizadas negociações para a adoção do sistema ISDB-T em países da África, América Central e Ásia (destaque para Angola, Cabo Verde, El Salvador, Filipinas, Honduras, Moçambique, Nicarágua, República Democrática do Congo, Sri Lanka e Zâmbia), com envio missões na área de TV digital, tanto brasileiras quanto japonesas, ao longo dos últimos anos.

Avalia-se que a parceria em TV digital, associada aos referidos êxitos em cooperação trilateral em Moçambique, são indicadores da maturidade das relações bilaterais entre o Brasil e o Japão, pois evidenciam frutífera capacidade de atuação conjunta.

Negociações do Acordo Brasil-Japão sobre cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear

Por determinação do próprio Primeiro-Ministro Shinzo Abe, a Parte japonesa reapresentou, em maio de 2013, nova proposta de negociação de acordo na área nuclear, tomando por base o ponto em que os entendimentos haviam sido suspensos, por iniciativa japonesa (em março de 2011, após o acidente nuclear de Fukushima). A minuta de acordo japonesa foi submetida à avaliação dos Ministérios de Minas e Energia, e da Ciência, Tecnologia e Inovação, CNEN e Eletronuclear, que ainda não se pronunciaram oficialmente.

Essa iniciativa japonesa integra estratégia mais ampla do novo Governo japonês, no sentido de expandir os acordos com terceiros países na área nuclear. Recentemente, foram assinados acordos de cooperação dessa natureza com a Turquia e com os Emirados Árabes Unidos (ambos em maio de 2013, por ocasião de visitas do Primeiro-Ministro Abe àqueles países). Estão em curso negociações com a Índia e a Arábia Saudita.

Recorde-se que, em 2010, a energia nuclear respondia por cerca de quase 30% (48,01 GW) da energia elétrica produzida naquele país. Entretanto, desde o acidente nuclear na usina Fukushima-1 (março de 2011), praticamente todos os reatores nuclear no Japão (48 de um total de 50) encontram-se com atividade suspensa por decisão governamental, com consequente aumento do emprego de fontes térmicas (combustíveis fósseis, como GNL).

Em julho de 2012, ainda na vigência do Governo do Partido Democrático do Japão (PDJ), a Comissão de Energia Atômica, órgão subordinado ao Gabinete do Primeiro-Ministro, divulgou relatório em que analisa três hipóteses de mudança da política japonesa para reprocessamento e/ou destinação de lixo nuclear. Os três cenários para o ano de 2030 pressupõem (1) o abandono da energia nuclear na matriz energética, (2) participação de 15% da energia nuclear na geração de eletricidade e (3) participação de 20 a 25% da energia nuclear nessa geração. Pesquisa de opinião feita no mesmo mês constatou que 62% da população japonesa opõe-se ao emprego da energia nuclear. Desse grupo, 18% dos entrevistados declararam-se favoráveis à imediata desativação de todas as usinas do Japão.

Contudo, o retorno do PLD ao poder, em dezembro de 2012, provocou suspensão das medidas governamentais com vistas à futura eliminação da energia nuclear no país, visto que esse partido é, há décadas, tradicional promotor da indústria nuclear. O novo Governo, chefiado pelo Primeiro-Ministro Shinzo Abe, tem argumentado que os planos de revisão da matriz energética japonesa necessitam de "tempo" para serem avaliados, sem indicação, porém, de quaisquer prazos para a conclusão desse processo. Além disso, Abe declarou que pretende não apenas reativar reatores desligados desde o acidente nuclear de Fukushima, mas também iniciar a construção de novas usinas.

ANEXOS

Grandes investimentos japoneses anunciados desde 2011

(ordem cronológica decrescente):

- Em julho de 2013, a Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation anunciou plano de iniciar, em joint-venture com a francesa Vallourec, produção de 300 a 500 mil toneladas de tubos de aço sem costura em Jaceaba-MG, com vistas ao uso na extração e transporte de petróleo e gás, atendendo à demanda verificada no Brasil, nos EUA e na África.
- Em junho de 2013, consórcio japonês formado pela IHI Corporation, pela Japan Gasoline Company e pela Japan Marine United Corporation formalizou a aquisição, por R\$ 207 milhões, de 25% do capital acionário do Estaleiro Atlântico Sul (instalado no Complexo Industrial Portuário de Suape-PE), somando-se aos atuais sócios brasileiros (Camargo Corrêa e Queiroz Galvão).
- Em maio de 2013, a Mitsubishi Corp. finalizou negociações para o aumento, de 20% para 80%, de sua participação no capital da Ceagro, uma das maiores produtoras de soja e milho do Brasil, em negócio avaliado em US\$ 495 milhões.
- Em maio de 2013, a Honda anunciou que, visando a alcançar meta de produzir 200 mil automóveis por ano no Brasil, estuda abrir nova fábrica em local ainda não definido, dado que a unidade localizada em Sumaré-SP já alcançou o máximo de sua capacidade de produção (140 mil veículos por ano).
- Em maio de 2013, a Toshiba Corp. anunciou, como resultado de investimento de cerca de US\$ 58,3 milhões, a inauguração da nova fábrica de sua subsidiária brasileira Toshiba Infraestrutura América do Sul Ltda. em Betim-MG, com capacidade de produção anual de 100 transformadores de médio e grande porte.
- Em maio de 2013, a empresa japonesa Oki Electric Industry anunciou acordo com a Itaútec visando à produção de equipamentos de automação bancária e comercial na fábrica da empresa brasileira em Jundiaí-SP.
- Em maio de 2013, a *trading* Mitsui anunciou acordo com a empresa francesa GDF Suez para adquirir 20% de participação na Usina Hidrelétrica de Jirau (RO), em operação que totaliza R\$ 1,14 bilhão.
- Em maio de 2013, a Sony anunciou, como fruto de investimento de US\$ 50 milhões, o início da fabricação do console de videogame "PlayStation 3" em sua fábrica na Zona Franca de Manaus, tornando-a a primeira unidade de fabricação desse produto fora da China e do Japão.
- Em maio de 2013, a IHI Corp. (denominada Ishikawajima-Harima Heavy Industries até 2007), anunciou que adquiriria capital social do Estaleiro Atlântico Sul – EAS -, somando-se aos atuais sócios brasileiros (Camargo Corrêa e Queiroz Galvão).

- Em abril de 2013, a Honda Automóveis do Brasil anunciou a construção de um parque eólico na cidade de Xangri-lá (RS), com a qual pretende suprir toda a demanda de energia de sua fábrica de automóveis em Sumaré-SP. A iniciativa, pioneira entre as montadoras de automóveis no Brasil, receberá investimento inicial de R\$ 100 milhões. Para a operação do parque, com previsão de entrada em funcionamento em setembro de 2014, assim como os negócios da montadora na área de energia eólica, foi estabelecida a Honda Energy do Brasil
- Em abril de 2013, a Hitachi anunciou a inauguração no Brasil (além de EUA, China, Cingapura, Índia e Inglaterra), em junho, de seu 6º laboratório fora do Japão. O centro de pesquisa, em São Paulo, contará com pesquisadores brasileiros e japoneses, que desenvolverão produtos para o mercado regional.
- Em março de 2013, a Hitachi Electric anunciou plano de transferir para o Brasil, até 2017, toda sua produção mundial de câmeras de transmissão de TV, em investimento estimado entre 200 e 300 milhões de ienes (2 a 3 milhões de dólares).
- Em fevereiro de 2013, as empresas IHI Corp., Mitsubishi Heavy Industries, Kawasaki Heavy Industries, Japan Maritime United Corp., Mitsui Engineering & Shipbuilding e NYK Line formaram consórcio, para desenvolver estrutura "offshore" de grande dimensão ("megafloat") capaz de abrigar até 200 trabalhadores de plataformas petrolíferas.
- Em janeiro de 2013, a Sompo Insurance aumentou sua participação acionária na empresa brasileira Marítima Seguros de 50% para 88,2%, por meio de investimento de R\$ 200 milhões).
- Em novembro de 2012, a Sony anunciou que, a partir do primeiro semestre de 2013, produzirá o console de jogos eletrônicos "Playstation 3" no Polo Industrial de Manaus, em investimento de cerca de R\$ 50 milhões.
- Em outubro de 2012, a Honda anunciou que pretende investir cerca de US\$ 50 milhões nos próximos dois anos para modernização de suas instalações de pesquisa no Brasil com vistas a fortalecer o desenvolvimento de modelos compactos.
- Em agosto de 2012, foi inaugurada a terceira fábrica da Toyota no Brasil, localizada em Sorocaba-SP. Com US\$ 600 milhões em investimentos, espera-se que a produção inicial da nova fábrica seja de 70 mil veículos por ano (modelo compacto "Etios", com 65% de conteúdo nacional).
- Em agosto de 2012, a Toyota anunciou que planeja aumentar o conteúdo nacional de veículos produzidos no Brasil para 85% e que construirá fábrica de motores na cidade de Porto Feliz-SP. A produção dessa nova unidade, estimada em até 200 mil motores por ano, deverá ter início no segundo semestre de 2015
- Em julho de 2012, a Hitachi anunciou planos de investir 24 bilhões de ienes (cerca de US\$ 300 milhões) em negócios de infraestrutura social no Brasil, até o ano fiscal 2015, particularmente nas áreas de sistemas de energia, usinas

termelétricas, turbinas e sistemas ambientais, bem como no ramos de armazenamento de dados, sistemas de informação e telecomunicação, e no fornecimento de trens e locomotivas.

- Em junho de 2012, a Canon Inc. anunciou que abrirá uma fábrica em Manaus (a primeira fora da Ásia) para produção de câmeras fotográficas, em investimento de cerca de R\$ 2,75 milhões. A produção deverá ter início em julho de 2013.
- Em maio de 2012, a Kawasaki Heavy Industries Ltd. anunciou a aquisição, por valor estimado em 3 bilhões de ienes (cerca de US\$ 37,5 milhões), de 30% de participação no capital do Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A., estabelecido, pelas brasileiras Odebrecht, OAS e UTC em 2010.
- Em abril de 2012, a Toyota Industries Corporation, empresa que tem a montadora japonesa Toyota como sua principal acionista, anunciou a construção de uma fábrica de empilhadeiras a ser instalada no Município de Artur Nogueira, no Estado de São Paulo (150 km da capital). O empreendimento está orçado em R\$ 101 milhões.
- Em abril de 2012, a *trading* Mitsubishi Corp. anunciou a aquisição de 20% das ações da empresa Ipanema Coffees, empresa estabelecida no sul de Minas Gerais e que controla uma das maiores áreas (60km²) de plantação de café especial do Brasil, com 80% de suas vendas destinadas ao exterior.
- Em fevereiro de 2012, a Mitsui & Co.,Ltd. comprou 100% de participação na Veloce Logística S.A. por aproximadamente 4,7 bilhões de ienes (cerca de US\$ 58,8 milhões). A Veloce Logística administra o transporte de peças, opera centros de distribuição e realiza entregas no Brasil e na Argentina para fábricas da GM e outras montadoras.
- Em novembro de 2011, o grupo japonês Kirin Holdings, um dos maiores fabricantes mundiais de cerveja, concluiu a aquisição de 100% das ações da fabricante de cervejas e refrigerantes Schincariol, em operação avaliada em R\$ 2,35 bilhões. Em agosto de 2011, a Kirin Holdings já havia adquirido, por R\$ 3,95 bilhões, 50,45% das ações da Schincariol.
- Em julho de 2011 a Mitsui & Co.,Ltd. anunciou objetivo de construir, em Santa Vitória-MG, um dos maiores complexos mundiais para a produção de bioplásticos a partir da cana-de-açúcar, em *joint venture* com a Dow Chemical Company, em investimento estimado em US\$ 2 bilhões.
- Em junho de 2011, a Nissan (2ª maior montadora automobilística japonesa) anunciou a instalação, no Brasil, de fábrica com capacidade de produção de 200 mil veículos, a entrar em operação no 1º semestre de 2014. O Presidente mundial do Grupo Renault-Nissan, Carlos Ghosn, foi recebido em audiência pela Presidenta Dilma Rousseff em 1º de outubro de 2011, ocasião em que anunciou investimentos no Brasil da ordem de US\$ 1,5 bilhão para construção de nova fábrica de automóveis em Resende-RJ, e de US\$ 200 milhões para a ampliação de fábrica da Renault em São José dos Pinhais-PR. Com a iniciativa a

montadora japonesa almeja ampliar a participação da Nissan no mercado automotivo brasileiro do atual 1,2% para, no mínimo, 5% até 2016.

- Em junho de 2011, a Rakuten Inc., uma das maiores empresas mundiais na área de comércio eletrônico, anunciou a aquisição de 75% de participação na empresa brasileira Ikeda Int. Soft. Ltda., provedora líder de mercado em serviços de comércio pela internet.
- Em maio de 2011, a Sumitomo Rubber Industries Ltd. anunciou a instalação de uma subsidiária no Estado do Paraná para a produção e comercialização de pneus para automóveis, em investimento avaliado em 28 bilhões de ienes (cerca de R\$ 560 milhões). A fábrica deve entrar em operação em outubro de 2013, com capacidade de produção de 15 mil pneus por dia.
- Em abril de 2011, a Nikon Corp. anunciou investimento de US\$ 10 milhões para a instalação de uma fábrica no Brasil destinada à produção de câmeras digitais, a primeira daquela empresa na América do Sul.
- Em abril de 2011, a Mitsubishi do Brasil anunciou investimentos de R\$ 1 bilhão para ampliação da fábrica em Catalão-GO, durante um período de cinco anos, de modo a ampliar a capacidade produtiva de 180 para 300 automóveis por dia.
- Em março de 2011, consórcio de empresas japonesas e coreanas anunciou investimento de US\$ 1,8 bilhão na aquisição de 15% do controle acionário da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração. Com operações em Araxá-MG, a CBMM responde por entre 60% e 70%% da produção mundial de níbio, que é adicionado ao aço para torná-lo mais resistente e leve na fabricação de automóveis, dutos e aplicações aeroespaciais. Os investidores japoneses do consórcio, que aportam US\$ 614 milhões por 10% da CBMM, incluem Nippon Steel, Sojitz Corp., JFE Holdings (subsidiária da JFE Steel), e Japan Oil, Gas and Metals National Corp.
- Em fevereiro de 2011, a Panasonic iniciou a construção, em Extrema-MG, de sua terceira fábrica no Brasil, a primeira de linha branca (refrigeradores e máquinas de lavar), em investimento avaliado em R\$ 200 milhões. A nova fábrica foi inaugurada em setembro de 2012.

Cronologia histórica do Japão

• 1868-1912: Dinastia Meiji. Modernização do Japão.
• 1889: Promulgada primeira Constituição, que consagra a monarquia hereditária.
• 1894-1895: Guerra entre Japão e China.
• 1904-1905: Guerra entre Japão e Rússia.
• 1912-1926: Reinado do Imperador Taisho.
• 1931: O Japão invade militarmente a Manchúria.
• 1933: O Japão retira-se da Liga das Nações.
• 1937: Início da guerra não declarada com a China.
• 1940: Firmado pacto com Alemanha e Itália (setembro).
• 1941: Ataque a Pearl Harbor (7/dezembro).
• 1941-1942: Forças japonesas ocupam o Leste da Ásia e o Pacífico.
• 1945: Bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki (6 e 9/agosto). Rendição do Japão (2/setembro).
• 1946: Promulgada nova Constituição democrática (3/novembro).
• 1951: Firmada formalmente a paz com o Ocidente.
• 1952: Fim da ocupação militar norte-americana (abril).
• 1954: Tratado de defesa mútua com os EUA.
• 1955: Início do predomínio do Partido Liberal-Democrático (PLD) no Governo.
• 1960-1980: Grande crescimento industrial e recuperação econômica.
• 1989: Morre o Imperador Hirohito. Sucede-lhe seu filho, Akihito.
• 1990: Início de década de crise econômica.
• 2006: Shinzo Abe sucede a Junichiro Koizumi como Primeiro-Ministro.
• 2007: Yasuo Fukuda sucede a Shinzo Abe como Primeiro-Ministro.
• 2008: Taro Aso sucede a Fukuda como Primeiro-Ministro.
• 2009: O PDJ, até então na oposição, conquista significativa vitória nas eleições gerais de agosto. Yukio Hatoyama toma posse como novo Primeiro-Ministro (setembro). Crise financeira mundial provoca forte desaceleração da economia japonesa (queda de 5,3% no PIB)
• 2010: Naoto Kan sucede a Yukio Hatoyama como Primeiro-Ministro, após suspeitas de uso irregular de fundos de campanha e o fracasso na negociação sobre a base norte-americana de Futenma (junho).

- PDJ perde a maioria na Câmara Alta do Parlamento, criando a chamada “Dieta dividida” (julho).
Primeiro-Ministro Naoto Kan vence disputa pela liderança do PDJ com seu principal dissidente intrapartidário, Ichiro Ozawa (setembro).
Tensão diplomática com a China envolvendo a prisão de tripulantes de embarcação chinesa perto das ilhas Senkaku/Diaoyu, sob disputa territorial sino-japonesa (setembro).
Visita do Presidente da Rússia às ilhas Kurilas/Territórios do Norte, sob disputa territorial russo-japonesa, é severamente criticada pelo Governo japonês (novembro).
- 2011: Confirmação oficial de que o Japão perdeu a condição de segunda economia mundial para a China (fevereiro).
A região Nordeste do Japão é atingida por violento terremoto de 9,0 graus na escala Richter, seguido de *tsunami*, ocasionando milhares de mortos e desabrigados e desencadeando situação de emergência nuclear na usina Fukushima-1 (11 de março).
- 2012: As eleições gerais de dezembro são vencidas pelo PLD. Shinzo Abe toma posse como Primeiro-Ministro.

Cronologia das relações Brasil-Japão

- 1895: Estabelecimento de relações bilaterais, com a Assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão.
- 1897: Abertura das respectivas representações diplomáticas.
- 1908: Início da imigração japonesa no Brasil (chegada do navio Kasato Maru).
- 1928: Início da imigração japonesa na Amazônia.
- 1942: Rompimento de relações diplomáticas no contexto da 2ª Guerra Mundial.
- 1952: Restabelecimento das relações diplomáticas.
- 1955-1960: Estabelecimento no Brasil das principais "tradings" japonesas (Marubeni; Mitsubishi; Itochu; Nissho-Iwai/Sojitz; e Mitsui).
- 1958: Visita do Príncipe Mikasa e esposa (50 anos da imigração japonesa).
- 1958: Inauguração da Usiminas, com apoio de capital e tecnologia japoneses.

• 1959: Visita do Primeiro-Ministro Shinsuke Kishi ao Brasil. Estabelecimento da Toyota do Brasil.
• 1965-1972: Estabelecimento no Brasil de fábricas japonesas (Ajinomoto, Toshiba, Panasonic, Yakult, NEC, Yamaha, Honda, Sharp e Sony).
• 1967: Visita do Príncipe Herdeiro Akihito e da Princesa Michiko ao Brasil.
• 1970: Assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica. Início de novo ciclo de investimentos japoneses no Brasil (Carajás, Albrás, Usina de Tubarão).
• 1974: Visita do Primeiro-Ministro Kakuei Tanaka ao Brasil. Criação do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão.
• 1976: Visita do Presidente Ernesto Geisel ao Japão.
• 1978: Visita ao Brasil do Príncipe Herdeiro Akihito e da Princesa Michiko (70 anos da imigração japonesa). Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER).
• 1982: Primeiro-Ministro Zenko Suzuki e Príncipe Naruhito visitam o Brasil.
• 1984: Visita do Presidente João Baptista Figueiredo ao Japão. Assinatura do Acordo de Cooperação na área de Ciência e Tecnologia. Estabelecimento da Companhia Vale do Rio Doce no Japão.
• 1988: Visita do Príncipe Fumihito ao Brasil (80 anos da imigração japonesa).
• 1990: Início do processo de emigração de brasileiros para o Japão.
• 1994: Ministro dos Negócios Estrangeiros Yohei Kono visita o Brasil.
• 1995: Centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Visitas do Vice-Presidente Marco Maciel ao Japão e da Princesa Nori ao Brasil.
• 1996: Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Japão. Visita do Primeiro-Ministro Ryutaro Hashimoto ao Brasil.
• 1997: Visita do Imperador Akihito e da Imperatriz Michiko ao Brasil.
• 1998: Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Keizo Obuchi ao Brasil. Visita do Chanceler Luiz Felipe Lampreia ao Japão.
• 2002: Visita do Chanceler Celso Lafer ao Japão.
• 2004: Visita do Chanceler Celso Amorim ao Japão. Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Japão. Visita do Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi ao Brasil. Criação do G4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão), grupamento dedicado à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

• 2005: Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Japão (maio). Assinatura do Programa Conjunto de Revitalização das Relações Econômicas. Reunião, no Brasil, do “Conselho Brasil-Japão para o Século XXI”.
• 2006: Adoção do padrão de televisão digital com base no sistema japonês ISDB-T. Reunião, em Tóquio, do “Conselho Brasil-Japão para o Século XXI”. O número de brasileiros residentes no Japão ultrapassa 300 mil.
• 2007: Reuniões, em São Paulo e em Tóquio, do "Grupo de Notáveis". Aquisição dos primeiros aviões da Embraer pelo grupo Japan Airlines. Aquisição da refinaria Nansei Sekiyu pela Petrobras.
• 2008: Ano do Intercâmbio Brasil-Japão (Centenário da imigração japonesa no Brasil). Visita da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, ao Japão (abril). Visita do Príncipe Herdeiro Naruhito ao Brasil (junho). Visita do Ministro de Economia, Comércio e Indústria, Akira Amari, ao Brasil (julho). Cúpula do G-8, em Hokkaido. Encontro entre o Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Yasuo Fukuda (julho).
• 2009: I Reunião do Comitê Conjunto de Promoção Comercial e de Investimentos (fevereiro). Anúncio pelo Governo japonês de medidas de apoio à comunidade brasileira no Japão (março). II Reunião do Comitê Conjunto de Promoção Comercial e de Investimentos (setembro).
• 2010: Reunião de Consultas Políticas Brasil-Japão, em Tóquio (janeiro). Visita a Brasília do Vice-Ministro da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo, Takashi Nagayasu, e do Vice-Ministro Parlamentar dos Negócios Estrangeiros, Shuji Kira (janeiro). Visita a Brasília do Ex-Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi (março). III Reunião do Comitê Conjunto MDIC-METI de Promoção Comercial e Investimentos (abril). Visita a Brasília do Deputado Taro Aso (Ex-Primeiro-Ministro, Ex-Chanceler e atual Presidente da seção japonesa do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Japão - maio). Visita ao Japão do Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e do Ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas (assinatura do Acordo Previdenciário - 29 de julho). Reunião de Consultas Políticas bilaterais sobre temas multilaterais (agosto).

• IV Reunião do Comitê Conjunto MDIC-METI de Promoção Comercial e Investimentos (novembro). - III Reunião do Comitê Conjunto de Ciência, Tecnologia e Inovação (dezembro). - Visita a Brasília do Vice-Ministro de Trabalho, Saúde e Bem-Estar do Japão, Osamu Fujimura, (assinatura do Ajuste Administrativo ao Acordo Previdenciário - 27 de dezembro).	
• 2011: Visita do Deputado Taro Aso (Ex-Primeiro-Ministro, Ex-Chanceler e atual Presidente da seção japonesa do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Japão), por ocasião das cerimônias da posse da Presidenta Dilma Rousseff (1º de janeiro). - Criação do “Movimento Brasil Solidário” em favor das vítimas dos desastres naturais de 11/03, coordenado pela Embaixada em Tóquio e integrado por lideranças da comunidade brasileira e por empresas brasileiras no Japão (26 de março). - Doação humanitária do Governo brasileiro, no valor de US\$ 500 mil, em favor das vítimas do terremoto e <i>tsunami</i> no Japão (4 de abril). - Visita ao Japão do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota (16 de abril). - Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Takeaki Matsumoto (30 de junho), após participação na XLI Cúpula do MERCOSUL, em Assunção. - V Reunião do Comitê Conjunto MDIC-METI de Promoção Comercial e Investimentos (8 de agosto).	
• 2012: Visita a Brasília do Ministro para Política Nacional, Ministro para Políticas de Ciência e Tecnologia, Ministro para Política Espacial e Ministro para Política Econômica e Fiscal, Motohisa Furukawa (30 de abril). - Visita ao Japão do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel (29 e 30 de maio). - Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Koichiro Gamba, que chefiou a delegação japonesa para Conferência Rio+20 (20 e 21 de junho). - Visita ao Japão do Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, para participar Conferência Ministerial Mundial sobre Redução de Risco de Desastres (3 a 6 de julho). - Visita ao Japão do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e do Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, para participar das reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial (10 a 15 de outubro). - Visita ao Japão do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel (6 e 7 de novembro).	

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">• VI Reunião do Comitê Conjunto MDIC-METI de Promoção Comercial e Investimentos (9 de novembro). |
| <ul style="list-style-type: none">• 2013: Visita ao Brasil do Presidente da JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão), Akihiko Tanaka (7 e 8 de janeiro).
Visita ao Brasil do Presidente da Mitsubishi Corporation, Ken Kobayashi (28 de fevereiro).
Visita ao Brasil do Ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão, Toshimitsu Motegi (1º e 2 de maio).
Visita ao Brasil do Vice-Ministro da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, Hideki Niwa (15 de junho). |

Atos bilaterais em vigor

Título	Data da assinatura	Entrada em vigor
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação	05/11/1895	12/12/1897
Acordo sobre Assistência Judiciária	23/09/1940	01/11/1940
Acordo sobre Transportes Aéreos	14/12/1956	19/10/1962
Acordo de Migração e Colonização	14/11/1960	29/10/1963
Acordo Cultural	23/01/1961	18/11/1964
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos	24/01/1967	31/12/1967
Acordo Básico de Cooperação Técnica	22/09/1970	15/07/1971
Protocolo que Modifica e Complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos de 24/01/1967	23/03/1976	29/12/1977
Acordo sobre o Protocolo que Modifica e Complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos de 24/01/1967	23/03/1976	29/12/1977
Acordo sobre Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia	25/05/1984	20/06/1985
Acordo, por troca de Notas, sobre Concessão de um Empréstimo pelo Japão, nos Termos do Plano de Reciclagem Financeira	10/11/1989	14/11/1990
Acordo por troca de Notas, Relativo à Concessão de Empréstimos, pelo Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina, para o Financiamento de Três Projetos Ambientais	12/03/1993	01/06/1993
Acordo, por troca de Notas, Relativo a um Empréstimo Japonês Concedido aos Estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para Projetos Ambientais	26/08/1996	24/09/1997
Acordo, por troca de Notas, sobre Empréstimos Japoneses com vistas a Promover Esforços de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil	14/07/2000	20/11/2001

Acordo, por troca de Notas, para dar efetividade ao "Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista"	20/08/2003	21/06/2004
Acordo, por troca de Notas, sobre isenção de PIS, FINSOCIAL e COFINS para aeronaves japonesas operando no Brasil	22/07/2009	22/07/2009
Memorando sobre a Facilitação da Emissão de Vistos com Múltiplas Entradas para fins de Negócios	28/11/2011	01/01/2012
Acordo de Previdência Social	29/07/2010	01/03/2012

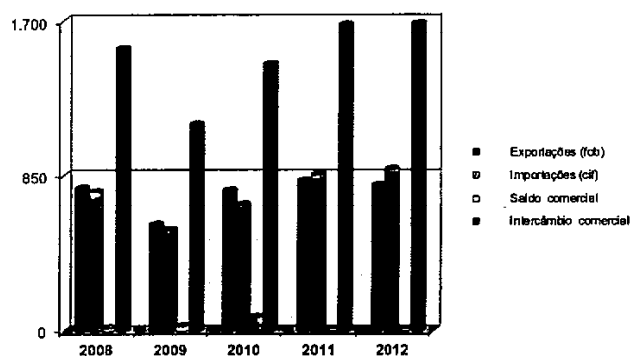
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

JAPÃO: COMÉRCIO EXTERIOR

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-abr)	2013 (jan-abr)
Exportações (fob)	781	581	770	823	799	271,7	236,1
Importações (cif)	763	552	693	855	886	298,0	275,7
Saldo comercial	19	29	77	-32	-87	-26,3	-39,6
Intercâmbio comercial	1.544	1.133	1.462	1.679	1.685	569,7	511,8

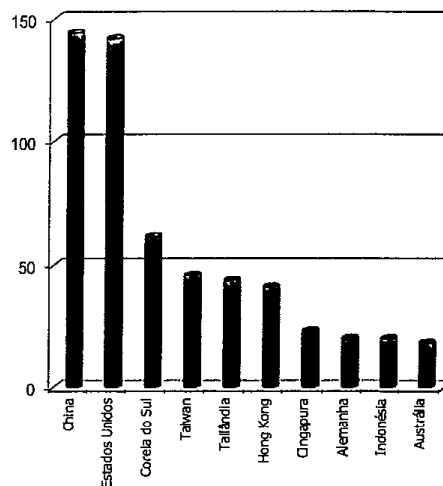
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, June 2013.



O comércio exterior do Japão apresentou, em 2012, variação de 9% em relação a 2008, de US\$ 1,54 trilhão para US\$ 1,69 trilhão. No ranking da UNCTAD de 2011, o Japão figurou como o 4º principal mercado mundial.

JAPÃO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 2	% no total
China	144,3	17,5%
Estados Unidos	142,0	17,3%
Coreia do Sul	61,5	7,5%
Taiwan	46,0	5,6%
Tailândia	43,7	5,3%
Hong Kong	41,1	5,0%
Cingapura	23,3	2,8%
Alemanha	20,3	2,5%
Indonésia	20,3	2,5%
Austrália	18,4	2,2%
...		
Brasil	5,93	0,7%
Subtotal	566,9	68,9%
Outros países	256,3	31,1%
Total	823,2	100,0%

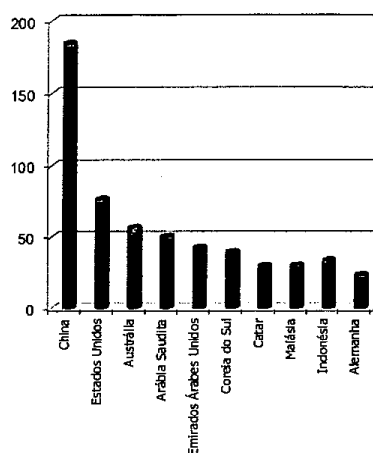


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, June 2013.

As exportações da Japão são destinadas, em grande parte, à China e aos Estados Unidos, que responderam por 35% do total em 2012. Seguiram-se: Coreia do Sul (7,5%); Taiwan (5,6%); Tailândia (5,3%); Hong Kong (5,0%); Cingapura (2,8%); Alemanha (2,5%) e Indonésia (2,5%). O Brasil foi o 26º mercado de destino das vendas japonesas, com participação de 0,7% no total.

JAPÃO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 2	% no total
China	183,9	21,5%
Estados Unidos	76,3	8,9%
Austrália	56,7	6,6%
Arábia Saudita	50,6	5,9%
Emirados Árabes Unidos	42,9	5,0%
Coreia do Sul	39,8	4,7%
Catar	30,1	3,5%
Malásia	30,5	3,6%
Indonésia	34,1	4,0%
Alemanha	23,3	2,7%
...		
Brasil	12,67	1,5%
Subtotal	580,7	67,9%
Outros países	274,7	32,1%
Total	855,4	100,0%



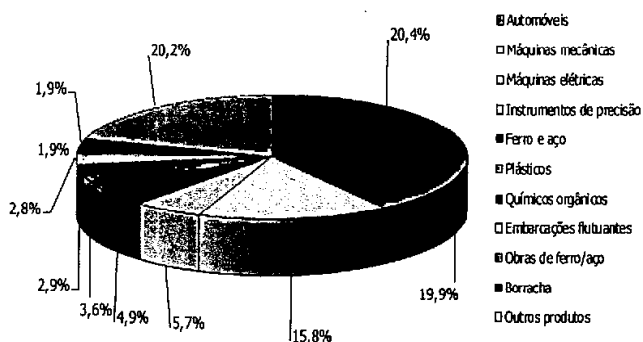
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, June 2013.

A China é a principal fornecedora de bens ao Japão, com fatia de mercado de 21,5% em 2012. Seguiram-se: Estados Unidos (8,9%); Austrália (6,6%); Arábia Saudita (5,9%); Emirados Árabes Unidos (5%); Coreia do Sul (4,7%); e Catar (3,5%). O Brasil ocupou o 18º lugar entre os principais vendedores para o Japão e participou com 1,5% do total em 2012.

JAPÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2012 - US\$ bilhões

Descrição	2012	% no total
Automóveis	162,9	20,4%
Máquinas mecânicas	158,9	19,9%
Máquinas elétricas	126,0	15,8%
Instrumentos de precisão	45,7	5,7%
Ferro e aço	39,5	4,9%
Plásticos	28,5	3,6%
Químicos orgânicos	23,4	2,9%
Embarcações flutuantes	22,3	2,8%
Obras de ferro/aço	15,5	1,9%
Borracha	14,9	1,9%
Subtotal	637,5	79,8%
Outros produtos	161,3	20,2%
Total	798,8	100,0%



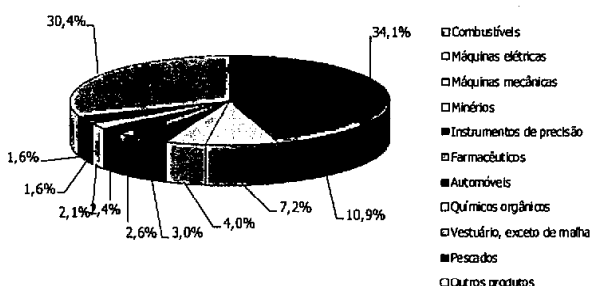
Elaborado pelo HRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, June 2013.

A pauta de exportações do Japão é composta por bens com alto valor agregado. Os automóveis e as máquinas foram os principais grupos de produtos exportados e representaram 56% do total em 2012. Seguiram-se: instrumentos de precisão (5,7%); ferro e aço (4,9%); plásticos (3,6%); produtos químicos orgânicos (2,9%); e embarcações flutuantes (2,8%).

JAPÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2012 - US\$ bilhões

Descrição	2012	% no total
Combustíveis	302,3	34,1%
Máquinas elétricas	96,9	10,9%
Máquinas mecânicas	64,1	7,2%
Minérios	35,7	4,0%
Instrumentos de precisão	26,6	3,0%
Farmacêuticos	23,0	2,6%
Automóveis	21,2	2,4%
Químicos orgânicos	18,4	2,1%
Vestuário, exceto de malha	14,4	1,6%
Pescados	13,9	1,6%
Subtotal	616,6	69,6%
Outros produtos	269,3	30,4%
Total	885,8	100,0%



Elaborado pelo HRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, June 2013.

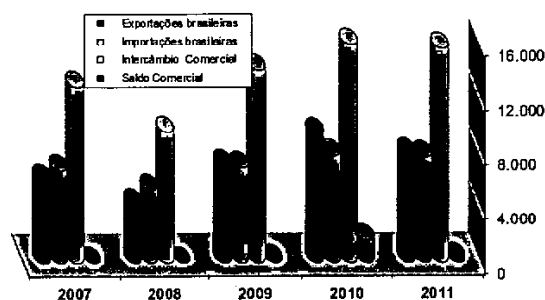
Mais de 1/3 das compras japonesas são de combustíveis. Em 2012, esse grupo representou 34,1% da pauta, seguido de máquinas elétricas (10,9%); máquinas mecânicas (7,2%); minérios (4,0%); instrumentos de precisão (3,0%); produtos farmacêuticos (2,6%); automóveis (2,4%); e produtos químicos orgânicos (2,1%).

BRASIL-JAPÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-mai)	2013 (jan-mai)
Exportações brasileiras	6.115	4.270	7.141	9.473	7.956	2.915	3.337
Variação em relação ao ano anterior	41,5%	-30,2%	67,2%	32,7%	-16,0%	-14,8%	14,5%
Importações brasileiras	6.807	5.365	6.986	7.872	7.737	3.636	2.810
Variação em relação ao ano anterior	47,7%	-21,2%	30,2%	12,7%	-1,7%	7,8%	-22,7%
Intercâmbio Comercial	12.922	9.634	14.128	17.346	15.693	6.551	6.147
Variação em relação ao ano anterior	44,7%	-25,4%	46,6%	22,8%	-9,5%	-3,6%	-6,2%
Saldo Comercial	-692,5	-1.095,1	154,8	1.600,6	218,5	-720,2	527,5

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da MDIC/SECEX/Aicweb.

O Japão foi o 6º parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 21%, de US\$ 12,9 bilhões para US\$ 15,7 bilhões. As exportações cresceram 30% e as importações 14%. O saldo da balança comercial brasileira foi negativo em 2008 e 2009. Entre 2010 e 2012 o a balança comercial brasileira foi superavitária, tendo alcançado, em 2012, total de US\$ 219 milhões.

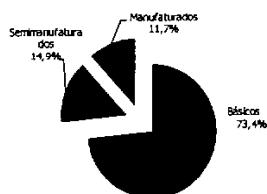


BRASIL-JAPÃO : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

BRASIL-JAPÃO : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

DESCRIÇÃO	VALOR	PART. %
Básicos	5.822	73,2%
Semimanufaturados	1.181	14,8%
Manufaturados	927	11,6%
Transações especiais	27	0,3%
Total	7.956	100,0%

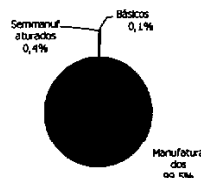


As exportações brasileiras para o Japão são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 73,2% do total em 2012. Seguiram-se os semimanufaturados, com 14,8%, e os manufaturados com 11,6%.

Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

DESCRIÇÃO	VALOR	PART. %
Básicos	10	0,1%
Semimanufaturados	32	0,4%
Manufaturados	7.693	99,4%
Total	7.737	100,0%



Pelo lado das importações, os produtos manufaturados predominaram na pauta, representando 99,4% do total em 2012.

Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

BRASIL-JAPÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2		Exportações brasileiras para o Japão, 2012
			Valor	% no total	
Minérios	3.294	4.407	2.980	37,5%	Minérios 2.980
Carnes	912	1.332	979	12,3%	Carnes 979
Cereais	116	226	816	10,3%	Cereais 816
Café	391	672	565	7,1%	Café 565
Alumínio	460	528	434	5,4%	Alumínio 434
Ferro e aço	335	381	373	4,7%	Ferro e aço 373
Sementes / grãos	194	255	299	3,8%	Sementes / grãos 299
Preparações hortícolas	103	192	175	2,2%	Preparações hortícolas 175
Químicos orgânicos	131	159	135	1,7%	Químicos orgânicos 135
Pastas de madeira	132	128	120	1,5%	Pastas de madeira 120
Subtotal	6.068	8.281	6.874	86,4%	
Outros produtos	1.073	1.192	1.082	13,6%	
Total	7.141	9.473	7.956	100,0%	

Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aiceweb.

Minério de ferro é o principal produto brasileiro exportado para o Japão. Em 2012, o minério de ferro representou 37,5% do total, seguido de carnes (sobretudo frango) (12,3%); cereais (milho, trigo e aveia) (10,3%); café (7,1%); alumínio (5,4%); ferro e aço (4,7%); e sementes e grãos (3,8%).

BRASIL-JAPÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias do Japão, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	2.245	2.691	2.760	35,7%	Máquinas mecânicas 2.760
Automóveis	1.226	1.506	1.443	18,6%	Automóveis 1.443
Máquinas elétricas	1.054	1.145	1.081	14,0%	Máquinas elétricas 1.081
Instrumentos de precisão	508	491	452	5,8%	Instrumentos de precisão 452
Químicos orgânicos	308	367	380	4,9%	Químicos orgânicos 380
Obras de ferro/aço	331	361	338	4,4%	Obras de ferro/aço 338
Borracha	255	306	303	3,9%	Borracha 303
Plásticos	186	218	191	2,5%	Plásticos 191
Combustíveis	132	52	92	1,2%	Combustíveis 92
Ferramentas	33	80	82	1,1%	Ferramentas 82
Subtotal	6.278	7.217	7.123	92,1%	
Outros produtos	708	655	614	7,9%	
Total	6.986	7.872	7.737	100,0%	

Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Akceweb.

A pauta de importação brasileira originária do Japão é composta por bens com alto valor agregado. As máquinas (laminador a quente, partes para motores a explosão, compressores, circuitos integrados, microprocessadores) e os automóveis foram os principais grupos de produtos, e somaram 68% do total. Seguiram-se: instrumentos de precisão (5,8%); produtos químicos orgânicos (4,9%); obras de ferro/aço (4,4%); e borracha (3,9%).

BRASIL-JAPÃO: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2012(jan-mai)		2013(jan-mai)		Exportações bras. para o Japão em 2013 (jan-mai)
	Valor	% no total	Valor	% no total	
Exportações					
Minérios	1.146	39,3%	1.233	37,0%	Minérios 1.233
Carnes	377,2	12,9%	467	14,0%	Carnes 467
Cereais	0	0,0%	453	13,6%	Cereais 453
Café	194	6,7%	230	6,9%	Café 230
Alumínio	192	6,6%	169	5,1%	Alumínio 169
Ferro e aço	174	6,0%	140	4,2%	Ferro e aço 140
Sementes/grãos	118	4,0%	97	2,9%	Sementes/grãos 97
Resíduos inds alimentares	74	2,5%	59	1,8%	Resíduos inds alimentares 59
Preparações hortícolas	100	3,4%	56	1,7%	Preparações hortícolas 56
Pastas de madeira	58	2,0%	47	1,4%	Pastas de madeira 47
Subtotal	2.433	83,5%	2.951	88,4%	
Outros produtos	482	16,5%	386	11,6%	
Total	2.915	100,0%	3.337	100,0%	

Importações bras. originárias do Japão em 2013 (jan-mai)

Importações					
Máquinas mecânicas	1.516	41,7%	856	30,5%	Máquinas mecânicas 856
Automóveis	622	17,1%	510	18,2%	Automóveis 510
Máquinas elétricas	480	13,2%	432	15,4%	Máquinas elétricas 432
Instrumentos de precisão	197	5,4%	212	7,6%	Instrumentos de precisão 212
Químicos orgânicos	118	3,3%	140	5,0%	Químicos orgânicos 140
Borracha	128	3,5%	122	4,3%	Borracha 122
Obras de ferro/aço	133	3,7%	119	4,2%	Obras de ferro/aço 119
Combustíveis	42	1,2%	86	3,1%	Combustíveis 86
Plásticos	81	2,2%	66	2,3%	Plásticos 66
Produtos farmacêuticos	24	0,7%	32	1,1%	Produtos farmacêuticos 32
Subtotal	3.342	91,9%	2.575	91,6%	
Outros produtos	294	8,1%	235	8,4%	
Total	3.636	100,0%	2.810	100,0%	

Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Akceweb.

Aviso nº 545 - C. Civil.

Em 29 de julho de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 02/08/2013.